

Senhores Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. (Odontoprev ou Companhia) submete as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação

A Odontoprev tem por objeto social a operação de planos privados de assistência odontológica.

Fundada em 1987, a Odontoprev é líder no setor desde os anos noventa, atendendo cerca de nove milhões de brasileiros, que contam com diferenciadas soluções de saúde bucal em plataforma tecnológica proprietária exclusiva, reconhecida internacionalmente. A Companhia dispõe de rede credenciada com cerca de 27 mil cirurgiões-dentistas, em aproximadamente 2.500 cidades, em todo o país.

Desempenho Financeiro

Em 2024, a receita líquida cresceu 5,9% atingindo R\$2.270 milhões (R\$2.281 milhões em IFRS17), com ticket médio de R\$22 por beneficiário/mês, adição líquida de 306 mil novas vidas no ano. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71%, com os restantes 29% divididos em planos para pequenas e médias empresas (PME) e individuais.

O custo de serviços representou 38,4% da receita no exercício, versus 39,6% em 2023. As despesas de comercialização e administrativas foram de 26,8% da receita, versus 25,7% no ano anterior.

A geração de caixa operacional, medida pelo critério EBITDA ajustado, atingiu R\$694 milhões em 2024, com margem de 30,6%.

O lucro líquido foi de R\$534 milhões (R\$539 milhões em IFRS17), em linha com 2023. O lucro líquido recorrente, por sua vez, foi de R\$529 milhões, 9,6% maior do que 2023. A Companhia encerrou 2024 com caixa líquido de R\$913 milhões, e dívida zero.

O conjunto dos resultados mostra posicionamento estratégico único da Odontoprev, com atuação especializada para cada segmento de cliente, otimizando a captura de oportunidades de expansão e geração de valor.

Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50%, calculados sobre o lucro líquido anual passível de distribuição. A Companhia propõe dividendos de R\$81 milhões a serem deliberados na Assembleia Geral de 01 de abril 2025 que, somados aos R\$366 milhões já deliberados entre juros sobre o capital próprio e dividendos, bem como recompra de ações de R\$72 milhões, totalizam R\$519 milhões, 97% do resultado de 2024.

Mercado de Capitais

Em 2024 a Odontoprev completou 18 anos de sua oferta pública inicial no Novo Mercado da B3, tendo atingido, ao final do exercício, valor de mercado de R\$6,0 bilhões. O retorno total aos acionistas desde o IPO acumula 15% ao ano, versus 8% ao ano do IBX-100.

A Companhia integra as carteiras do IDIVERSA e IGPTW, índices da B3 que medem o desempenho das ações das empresas listadas que se destacam no critério de diversidade e qualidade do ambiente de trabalho.

Em novembro de 2024, a Odontoprev foi ranqueada top 06 entre as melhores companhias do mundo no “World’s Best Companies in Sustainable Growth 2025”, da revista norte-americana TIME, que visa identificar empresas, internacionalmente, que demonstrem desempenho financeiro e ambiental notável.

Governança Corporativa

A Companhia é participante do Novo Mercado, listagem de mais alto padrão de Governança Corporativa da B3, desde 2006.

Em adição às características do segmento, a Odontoprev apresenta práticas diferenciadas, como Presidente do Conselho de Administração distinto do Diretor Presidente, Conselho de Administração sem função executiva e 100% de direitos de tag-along.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Odontoprev declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 162/22, a Odontoprev possui prática de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis. A Companhia contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria de acordo com a políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

A Diretoria

Balço patrimonial
(em milhares de reais)

	Nota	Companhia		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2024	2023	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE		409.557	451.215	490.076	517.175
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	15.783	13.615	16.531	14.391
Aplicações Financeiras	6	327.637	329.646	357.791	357.633
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado		192.982	180.916	223.136	208.903
Aplicações Livres		192.982	180.916	223.136	208.903
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		134.655	148.730	134.655	148.730
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		37.251	20.060	37.251	20.060
Aplicações Livres		97.404	128.670	97.404	128.670
Contas a Receber		51.202	98.921	85.065	119.586
Clientes		25.501	31.125	33.316	32.912
Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro		25.501	31.125	33.316	32.912
Outras Contas a Receber	8	25.701	67.796	51.749	86.674
Estoques		-	-	56	1.423
Tributos a Recuperar	7	7.364	4.794	15.853	12.922
Créditos Tributários e Previdenciários		7.364	4.794	15.853	12.922
Despesas Antecipadas		7.571	4.239	8.690	5.130
Ativos Não-Correntes a Venda		-	-	6.090	6.090
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.658.331	1.661.859	1.631.993	1.646.798
Ativo Realizável a Longo Prazo		644.932	696.933	653.691	705.736
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6	539.081	620.125	539.081	620.125
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		139.379	173.839	139.379	173.839
Aplicações Livres		399.702	446.286	399.702	446.286
Tributos Diferidos		25.879	8.762	32.346	15.192
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.1	25.879	8.762	32.346	15.192
Outros Ativos Não Circulantes		79.972	68.046	82.264	70.419
Depósitos Judiciais e Fiscais	9.2	32.104	29.203	33.435	30.481
Outros Créditos a Receber	9.3	13.697	14.885	14.268	15.751
Créditos Tributários e Previdenciários	7	34.171	23.958	34.561	24.187
Investimentos	10	86.656	80.550	6.121	6.350
Participações Societárias		86.656	80.550	6.121	6.350
Participações em Outras Sociedades		82.309	76.080	1.719	1.825
Participações em Controladas em Conjunto		4.346	4.468	4.346	4.468
Outros Investimentos		1	2	56	57
Imobilizado	11	29.345	27.633	52.154	55.060
Imobilizado em Operação		18.313	15.261	30.438	28.477
Imobilizado de Uso Próprio		18.313	15.261	30.438	28.477
Direito de Uso em Arrendamento	11/18	11.032	12.372	21.716	26.583
Intangível	12	897.398	856.743	920.027	879.652
TOTAL DO ATIVO		2.067.888	2.113.074	2.122.069	2.163.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balço patrimonial
(em milhares de reais)

	Nota	Companhia		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2024	2023	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE		725.553	614.528	764.626	648.332
Obrigações Sociais e Trabalhistas		57.620	51.785	69.765	63.525
Obrigações Trabalhistas		57.620	51.785	69.765	63.525
Fornecedores		33.371	25.798	43.136	34.795
Comercialização sobre Operações		11.675	7.094	11.732	7.115
Fornecedores de Bens e Serviços		11.495	11.388	16.386	14.878
Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde		1.071	-	1.071	-
Contraprestações/Prêmios a Restituir		45	53	45	53
Passivo de Arrendamento	18	1.958	1.757	6.775	7.243
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		7.127	5.506	7.127	5.506
Obrigações Fiscais	15	39.986	27.422	47.600	34.733
Obrigações Fiscais Federais		37.273	24.289	44.262	30.882
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar		15.952	4.344	16.735	4.590
Demais Obrigações Fiscais Federais		21.321	19.945	27.527	26.292
Obrigações Fiscais Estaduais		-	-	-	148
Obrigações Fiscais Municipais		2.713	3.133	3.338	3.703
Outras Obrigações		594.576	509.523	604.125	515.279
Dividendos e JCP a Pagar		261.213	16.731	261.213	16.813
Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		-	184.761	-	184.761
Outras Contas a Pagar	16	36.076	32.107	43.514	36.144
Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	14	297.287	275.924	299.398	277.561
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		114.566	111.552	129.210	127.967
Outras Obrigações		75.550	77.668	86.136	91.001
Outras Exigibilidades	17.3	14.767	16.063	15.351	16.683
Honorários a Pagar		-	97	-	97
Investimentos a Pagar	17.4	2.375	3.563	2.774	4.063
Passivo de Arrendamento	18	11.460	13.350	19.010	23.649
Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP)		18.737	18.729	20.487	20.268
Parcelamentos de Tributos e Contribuições	15	-	-	303	375
Tributos e Encargos a Recolher	15	28.211	25.866	28.211	25.866
Provisões		39.016	33.884	43.074	36.966
Provisões para Ações Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	17.2	39.016	33.884	43.074	36.966
Provisões Fiscais		671	598	1.974	1.917
Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		1.304	1.231	4.045	2.993
Provisões Cíveis		37.041	32.055	37.055	32.056
Patrimônio Líquido	19	1.227.769	1.386.994	1.228.233	1.387.674
Capital Social Realizado	19.1	851.017	851.017	851.017	851.017
Reservas de Capital	19.2	(35.610)	(35.610)	(35.610)	(35.610)
Ágio/Deságio em Transação de Capital		(35.610)	(35.610)	(35.610)	(35.610)
Reservas de Lucros		420.718	561.679	420.718	561.679
Reserva Legal	19.3	127.428	100.749	127.428	100.749
Reserva de Incentivos Fiscais	19.3	129	129	129	129
Dividendo Adicional Proposto	19.3/19.5	81.000	242.492	81.000	242.492
Ações em Tesouraria	19.4	(71.572)	-	(71.572)	-
Reserva Estatutária de Capital Regulatório	19.3	100.000	100.000	100.000	100.000
Reserva Estatutária de Investimentos e Expansão	19.3	183.733	60.373	183.733	60.373
Reserva de Primeira Aplicação	19.3	-	57.936	-	57.936
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(795)	(800)	(795)	(800)
Ajustes Acumulados de Conversão		2.755	2.009	2.755	2.009
Outros Resultados Abrangentes		(10.316)	8.699	(10.316)	8.699
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	464	680
TOTAL DO PASSIVO		2.067.888	2.113.074	2.122.069	2.163.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

(em milhares de reais, exceto quanto indicado de outra forma)

	Nota	Companhia		Consolidado	
		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2024	2023	2024	2023
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	21	2.200.634	2.058.108	2.281.192	2.118.667
Vendas de Bens e Serviços		-	-	52.665	51.555
Impostos sobre Vendas de Bens e Serviços		-	-	(14.479)	(16.582)
Receita de Seguros (PAA)		1.695.907	1.573.502	1.738.279	1.599.088
Receita de Seguros (BBA)		504.727	484.606	504.727	484.606
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos		(1.499.840)	(1.430.696)	(1.498.142)	(1.422.652)
Despesas de Seguros	22	(1.499.840)	(1.430.696)	(1.498.142)	(1.422.652)
Resultado Bruto		700.794	627.412	783.050	696.015
Despesas/Receitas Operacionais		(22.544)	14.536	(95.817)	(49.964)
Despesas com Vendas		-	-	(1.431)	(1.505)
Despesas de Comercialização		-	-	(1.431)	(1.505)
Despesas Gerais e Administrativas		(48.853)	(47.645)	(103.201)	(101.882)
Despesas Administrativas		(48.167)	(45.491)	(97.906)	(95.630)
Amortização do Direito de Uso		-	-	(3.959)	(4.317)
Alugueis		-	-	(2.834)	(2.140)
Alugueis (CPC 06 (R2)/IFRS 16)		-	-	2.381	2.186
Resultado na Alienação ou Baixa de Bens do Ativo Não Circulante e Outros		(686)	(2.154)	(883)	(1.981)
Outras Receitas Operacionais		40.872	82.422	44.805	85.672
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		40.406	81.980	44.371	84.241
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas Com Planos de Saúde da Operadora		466	442	434	1.431
Outras Despesas Operacionais		(34.483)	(29.542)	(42.327)	(36.399)
Provisão para Perdas sobre Créditos		(5.212)	32	(6.367)	(896)
Participações no Resultado		(29.271)	(29.574)	(34.247)	(34.294)
Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP)		-	-	(1.713)	(1.209)
Resultado de Equivalência Patrimonial		19.920	9.301	6.337	4.150
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		678.250	641.948	687.233	646.051
Resultado Financeiro	23	74.993	76.502	76.144	78.341
Receitas Financeiras		128.275	119.760	133.465	126.192
Despesas Financeiras		(53.282)	(43.258)	(57.321)	(47.851)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		753.243	718.450	763.377	724.392
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		(213.999)	(207.056)	(224.244)	(212.802)
Corrente	24	(221.448)	(198.980)	(231.202)	(208.221)
Diferido	9.1/24	7.449	(8.076)	6.958	(4.581)
Lucro Líquido do Exercício		539.244	511.394	539.133	511.590
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		-	-	539.244	511.394
Atribuído a Sócios Não Controladores		-	-	(111)	196
Lucro Básico e Diluído por Ação (ON) (R\$)	25	0,98626	0,92561	0,98626	0,92561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

(em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	539.244	511.394	539.133	511.590
Outros Resultados Abrangentes	(18.264)	37.761	(18.264)	37.761
Ajuste Acumulado de Conversão	746	1.526	746	1.526
Ganho e perda de variação de participação acionária	-	-	5	(449)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	(242)	735	(242)	735
Outros Resultados Abrangentes	(18.773)	35.949	(18.773)	35.949
Ajustes de avaliação patrimonial de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	5	(449)	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	520.980	549.155	520.869	549.351
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	520.980	549.155	520.980	549.155
Participação dos não Controladores	-	-	(111)	196
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	520.980	549.155	520.869	549.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio Líquido - Consolidado
31 DE DEZEMBRO DE 2022		851.017	(200.025)	504.652	-	(27.853)	1.127.791	1.359	1.129.150
Transações de Capital com os Sócios		-	164.415	55.359	(509.726)	-	(289.952)	(875)	(290.827)
Juros Sobre Capital Próprio	19.5	-	-	-	(82.473)	-	(82.473)	-	(82.473)
Ágio/deságio em transação de capital		-	382	-	-	-	382	-	382
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	19.5	-	-	-	(184.761)	-	(184.761)	-	(184.761)
Dividendo adicional proposto	19.5	-	-	218.405	(242.492)	-	(24.087)	-	(24.087)
Opção de Venda em Controlada		-	987	-	-	-	987	(875)	112
Cancelamento de Ações em Tesouraria		-	163.046	(163.046)	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total		-	-	(25.160)	536.554	37.761	549.155	196	549.351
Lucro Líquido do Exercício	19.5	-	-	-	511.394	-	511.394	196	511.590
Ajuste Lucro Líquido do Exercício (diferença de prática contábil)		-	-	(25.160)	25.160	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	37.761	37.761	-	37.761
Ajustes de Conversão do Exercício		-	-	-	-	1.526	1.526	-	1.526
Ganho e perda de variação de participação acionária		-	-	-	-	(449)	(449)	-	(449)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	35.949	35.949	-	35.949
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial		-	-	-	-	735	735	-	735
Mutações Internas do Patrimônio Líquido		-	-	26.828	(26.828)	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	-	26.828	(26.828)	-	-	-	-
31 DE DEZEMBRO DE 2023		851.017	(35.610)	561.679	-	9.908	1.386.994	680	1.387.674
Transações de Capital com os Sócios		-	(71.572)	(161.492)	(447.141)	-	(680.205)	(105)	(680.310)
Recompra de ações de emissão da Companhia		-	(71.572)	-	-	-	(71.572)	-	(71.572)
Juros Sobre Capital Próprio	19.5	-	-	-	(84.236)	-	(84.236)	-	(84.236)
Ágio/deságio em transação de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares	19.5	-	-	-	(281.905)	-	(281.905)	-	(281.905)
Dividendo adicional proposto	19.5	-	-	(161.492)	(81.000)	-	(242.492)	(105)	(242.597)
Opção de Venda em Controlada		-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total		-	-	5.663	533.581	(18.264)	520.980	(111)	520.869
Lucro Líquido do Exercício	19.5	-	-	-	539.244	-	539.244	(111)	539.133
Ajuste Lucro Líquido do Exercício (diferença de prática contábil)		-	-	5.663	(5.663)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	(18.264)	(18.264)	-	(18.264)
Ajustes de Conversão do Exercício		-	-	-	-	746	746	-	746
Ganho e perda de variação de participação acionária		-	-	-	-	5	5	-	5
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	(18.773)	(18.773)	-	(18.773)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial		-	-	-	-	(242)	(242)	-	(242)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido		-	-	86.440	(86.440)	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	-	86.440	(86.440)	-	-	-	-
31 DE DEZEMBRO DE 2024		851.017	(107.182)	492.290	-	(8.356)	1.227.769	464	1.228.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)

(em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	539.244	511.394	539.133	511.590
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e Amortizações	45.555	42.636	49.793	49.226
Variações Monetárias Líquidas	(1.447)	(39.961)	(1.998)	(39.862)
Provisões para Ações Judiciais (Contingências)	4.937	4.856	6.785	2.096
Resultado na Alienação de Ativo Não Circulante	686	2.154	883	1.981
Resultado de Equivalência Patrimonial	(19.920)	(9.301)	(6.337)	(4.150)
Provisão para Perdas sobre Créditos	5.212	(32)	6.367	896
Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social	213.999	207.056	-	-
Amortização do Direito de Uso	1.971	1.872	224.244	212.802
Aluguéis (CPC 06 (R2))/IFRS 16)	(3.276)	(2.511)	6.358	6.598
Ajuste a valor presente (AVP) do passivo de arrendamento	956	1.050	2.321	2.846
Receita a apropriar	-	-	(5.657)	(4.697)
Caixa gerado nas operações	787.917	719.213	821.892	739.326
Redução (aumento) nos ativos e passivos operacionais				
Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado)	(12.066)	(76.302)	(14.233)	(73.311)
Outras Contas a Receber, Tributos a Recuperar, Despesas Antecipadas e Outros Ativos Circulantes	36.221	(45.369)	28.470	(55.204)
Estoques	-	-	1.367	3.344
Realizável a Longo Prazo (Não Circulante)	(3.793)	20.945	(3.030)	21.023
Ativos e Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	(6.668)	13.765	(13.377)	16.025
Obrigações fiscais (tributos a recolher)	(5.398)	(9.436)	(5.632)	(7.180)
Obrigações Trabalhistas, Fornecedores, Outras Contas a Pagar (Débitos Diversos)	9.467	(41.276)	12.342	(41.195)
Exigível a Longo Prazo (Passivo Não Circulante)	(5.964)	9.999	(7.845)	23.458
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(209.839)	(203.096)	(219.584)	(213.356)
Comercialização sobre Operações	4.581	1.628	4.617	1.628
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	594.458	390.071	604.987	414.558
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de Imobilizado	(8.425)	(5.547)	(10.552)	(7.595)
Aquisição de Intangível	(81.713)	(87.554)	(81.997)	(87.658)
Aquisição de Investimento	-	(18.726)	-	(21.307)
Dividendos recebidos de Controladas e Controladas em Conjunto	14.325	28.500	6.325	8.500
Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado)	95.119	(125.053)	95.119	(125.053)
Alienação de Imobilizado e Intangível	169	-	169	-
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	19.475	(208.380)	9.064	(233.113)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(542.612)	(182.891)	(542.758)	(182.891)
Aquisição de Ações Próprias - em Tesouraria	(69.153)	-	(69.153)	-
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(611.765)	(182.891)	(611.911)	(182.891)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.168	(1.200)	2.140	(1.446)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo inicial	13.615	14.815	14.391	15.837
Saldo final	15.783	13.615	16.531	14.391
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.168	(1.200)	2.140	(1.446)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

(em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Receitas	2.195.422	2.058.140	2.289.304	2.134.353
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.200.634	2.058.108	2.243.006	2.083.694
Vendas de Bens e Serviços	-	-	52.665	51.555
Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	(5.212)	32	(6.367)	(896)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.191.037)	(1.094.323)	(1.149.354)	(1.046.368)
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(979.604)	(922.425)	(972.979)	(914.327)
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(28.772)	(18.238)	(29.053)	(19.644)
Outros	(182.661)	(153.660)	(147.322)	(112.397)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	24.998	37.164	35.526	52.027
Despesas de Comercialização	-	-	(1.431)	(1.505)
Despesas Administrativas	(207.659)	(190.824)	(181.417)	(162.919)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.004.385	963.817	1.139.950	1.087.985
Retenções	(47.526)	(44.508)	(56.151)	(55.824)
Depreciações e amortizações	(45.555)	(42.636)	(49.793)	(49.226)
Amortização direito de uso	(1.971)	(1.872)	(6.358)	(6.598)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	956.859	919.309	1.083.799	1.032.161
Valor adicionado recebido em transferência	148.195	129.061	139.802	130.342
Resultado de equivalência patrimonial	19.920	9.301	6.337	4.150
Receitas financeiras	128.275	119.760	133.465	126.192
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.105.054	1.048.370	1.223.601	1.162.503
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:				
Pessoal e encargos	164.627	157.925	241.976	232.681
Remuneração direta	129.990	128.083	189.259	186.111
Benefícios	27.344	23.029	41.493	35.978
FGTS	7.293	6.813	11.224	10.592
Impostos, taxas e contribuições	347.434	336.125	383.161	370.759
Federais	314.053	303.988	344.112	331.378
Estaduais	69	82	466	2.111
Municipais	33.312	32.055	38.583	37.270
Remuneração de capitais de terceiros	53.749	42.926	59.331	47.473
Aluguéis	467	(332)	2.010	(378)
Outras	53.282	43.258	57.321	47.851
Remuneração de capitais próprios	539.244	511.394	539.133	511.590
Juros sobre capital próprio	84.236	82.473	84.236	82.473
Dividendos	362.905	427.253	362.905	427.253
Lucro retido do exercício	92.103	1.668	92.103	1.668
Participação dos não controladores	-	-	(111)	196
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	1.105.054	1.048.370	1.223.601	1.162.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Odontoprev S.A. (Companhia ou Odontoprev), sociedade anônima de capital aberto, está localizada na Alameda Araguaia, 2104, 21º andar, Alphaville – Barueri, São Paulo – Brasil.

A Companhia iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza no Brasil e/ou no exterior e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

A Companhia enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário de acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 531 de 02 de maio de 2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A Odontoprev tem suas ações negociadas na B3 sob o código “ODPV3” e está listada, desde 01 de dezembro de 2006, no segmento de governança corporativa denominado Novo Mercado.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, declara ter condições de levar até o vencimento as aplicações financeiras classificadas na categoria “custo amortizado”.

A Companhia possui participação direta e indireta em outras entidades conforme quadro a seguir:

	Participação no capital social (%)							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Controladas		Coligada Indireta	Controle conjunto	Controladas		Coligada Indireta	Controle conjunto
	Direta	Indireta			Direta	Indireta		
EMPRESAS:								
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços)	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy Software)	-	51,0	-	-	-	51,0	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
SF 210 Participações Societárias S.A. (SF 210)	-	-	18,1	-	-	-	18,1	-
Clídec Participações S.A. (Clídec Participações)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Machiron Desenvolvimento de Sistemas S.A. (MaChiron)	-	-	20,0	-	-	-	20,0	-
OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCIÁRIO - RN 531 ANS:								
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasilidental)	-	-	-	25,0	-	-	-	25,0
REDE DE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS E RADIOLÓGICAS:								
Clídec - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Clídec)	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Boutique Dental Ltda. (Boutique Dental)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Clínicas Radiológicas Papaiz (Papaiz) ¹	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Lúmax Radiologia e Tomografia Odontológica Ltda (Lúmax) ¹	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
EMPRESAS NO MÉXICO:								
Odontored CV Sociedad Anónima de Capital Variable (Odontored)	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Oprev Administradora Sociedad Anónima de Capital Variable (Oprev)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-

¹ Controlada adquirida pela Clídec Participações em 01 de fevereiro de 2023.

Odontoprev Serviços: constituída em 03 de dezembro de 1999 para prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Easy Software: constituída em 03 de novembro de 1993, Controlada da Odontoprev Serviços, para o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Dental Partner: constituída em 14 de novembro de 2008 para o comércio atacadista e varejista de produtos e equipamentos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como o comércio atacadista de medicamentos e drogas de consumo humano, prestação de serviços de armazenamento, depósito, carga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie, prestação de serviços de: (i) programação e organização técnica e administrativa; e (ii) administração em geral de bens e negócios.

SF 210: constituída em 29 de outubro de 2020, tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. A antiga participação da Odontoprev Serviços junto à G2D foi convertida para esta empresa,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mantendo-se como Coligada.

Clidec Participações: constituída em 11 de junho de 2012, Controlada da Clidec, tem como objetivo a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista e tem como acionista a Clidec.

MaChiron: fundada em São Paulo em 2017, é especializada em integrar tecnologias por meio de aplicação de inteligência artificial e *machine learning* para desenvolver soluções inovadoras no campo da Odontologia.

Brasildental: constituída em 12 de março de 2014, Controlada em Conjunto com a BB Seguros Participações S.A., para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.

Clidec: constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos.

Boutique Dental: constituída em 21 de outubro de 2011, Controlada da Clidec, tem como objetivo a prestação de serviços odontológicos, participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Papaiz: participação em clínicas radiológicas adquirida em 31 de janeiro de 2013, por intermédio da Clidec Participações, sendo até então Controlada em Conjunto com o Grupo Fleury.

Em 01 de fevereiro de 2023, foi concluída a aquisição de controle das ações ordinárias representativas de 51% do capital social da Papaiz por meio da sua Controlada Clidec Participações. Desta forma, a Clidec Participações passou a deter 100% do capital social e controle desta empresa.

Lúmax: constituída em 02 de fevereiro de 1990, Controlada da Papaiz, tem como objetivo a prestação de serviços em radiologia, eletroterapia e tomografia para fins odontológicos e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista do capital de outras empresas.

Odontored: constituída em 13 de agosto de 2009, localizada no México para o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo a operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros. Foi autorizada a operar como seguradora especializada em saúde pela Secretaria de Saúde em 06 de junho de 2013 e em 15 de julho de 2013 a Comissão Nacional de Seguros e Fianças (CNSF) permitiu operacionalizar seguros de acidentes e enfermidades nos ramos de saúde e gastos médicos.

Oprev: constituída em 12 de dezembro de 2019, Controlada da Odontoprev Serviços e localizada no México para prestação de serviços especializados relacionados à acidentes e enfermidades, além de serviços atuariais, financeiros, administrativos, comerciais e de administração de riscos.

Aprovação das demonstrações financeiras

A autorização e a aprovação para emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na Reunião do Conselho de Administração (RCA) em 26 de fevereiro de 2025.

2. Descrição das principais políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ainda, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara também que estas demonstrações financeiras estão sendo elaboradas seguindo a premissa de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuidade de suas operações.

2.1.1. Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à Odontoprev.

É adotado o método de contabilização da aquisição para registro contábil das combinações de negócios, sendo o registro efetuado pelo valor justo de transferência dos ativos, passivos e patrimônio líquido apurados no momento da aquisição. Os custos relacionados às aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a participação de não controladores nas empresas Controladas é reconhecida proporcionalmente tomando por base o valor justo no momento da aquisição.

O excesso entre o valor pago e o valor justo dos ativos e dos passivos assumidos na data da aquisição de qualquer participação patrimonial é registrado como ágio (*goodwill*), após a alocação em itens tangíveis e/ou intangíveis.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos das empresas Controladas, bem como os resultados de equivalência patrimonial, além dos saldos ativos, passivos e de resultado decorrentes de transações entre tais empresas.

(b) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Coligadas: são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional sem deter o controle. Os investimentos em Coligadas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Controle conjunto (*joint venture*): são todas as entidades nas quais há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(d) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**2.2. Contratos de seguros****(a) Definição de contratos de seguros**

A Companhia define como contrato de seguros o contrato com o qual uma parte aceita o risco de seguro significativo da outra parte, concordando em indenizar o titular da apólice caso determinado evento futuro incerto afete adversamente o titular da apólice.

A definição da Companhia está em linha com a orientação normativa, sendo assim, os contratos que atendem a definição de seguros (seguro emitido, resseguro aceito e emitido e contratos de investimentos com participação discricionária) devem estar mensurados de acordo com as diretrizes do CPC 50 / IFRS 17. A Odontoprev avaliou os seus contratos de seguros emitidos e considerou que os produtos pré-estabelecidos da Companhia atendem às definições de contratos de seguros, e encontram-se dentro do alcance da norma CPC 50 / IFRS 17.

Produtos pré-estabelecidos são aqueles em que o valor da mensalidade é calculado previamente com base nas coberturas contratadas pelo contratante (pessoa física ou jurídica) do plano odontológico e que, portanto, há transferência de risco de seguro para a Companhia.

Com relação aos produtos pós-estabelecidos, estes estão fora do alcance da CPC 50 / IFRS 17 pois não há risco de seguro e, por isso, são mensurados de acordo as regras estabelecidas pela CPC 47 / IFRS 15 como contrato de serviço.

(b) Nível de agregação dos contratos

Para fins de mensuração, o IFRS 17 exige que os contratos de seguro sejam agregados com base em riscos semelhantes que são administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras (ou seja, por ano de emissão) e depois divididos em três categorias: grupos de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro e grupo de contratos remanescentes na carteira, se houver.

Contratos de seguro são considerados como onerosos na data de reconhecimento inicial, se os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguro previamente reconhecidos e quaisquer fluxos de caixa decorrentes do contrato na data de reconhecimento inicial no total forem uma saída líquida, ou seja, representando uma perda que deve ser reconhecida no resultado para o fluxo de saída líquido para o grupo de contratos onerosos, que resulte no valor contábil do passivo para o grupo sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem contratual de seguro do grupo sendo zero. Por representar uma perda no reconhecimento inicial, diferentemente dos contratos não onerosos, impactando negativamente o resultado, estes são mensurados de maneira separada para que a organização possa gerenciá-los mais precisamente e saber exatamente o impacto individual da onerosidade dos contratos em suas demonstrações.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas Controladas possuem uma carteira composta apenas de contratos não onerosos e sem possibilidade de se tornarem onerosos futuramente.

(c) Limites de contrato

Os fluxos de caixa estão dentro do limite de contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que a entidade pode exigir do titular do contrato o pagamento das contraprestações ou em que a entidade tem obrigação substantiva de prestar cobertura de seguro ao titular do contrato.

Desta forma, para as carteiras de Planos Pessoa Física (PF), o limite de contrato será o momento em que o segurado optar por deixar o plano contratado, visto que a empresa que emite contrato de seguro não possui a prerrogativa de cancelar o contrato unilateralmente. Esse limite é refletido no fluxo através da tábua de permanência. Já para as carteiras de Planos Pessoa Jurídica Coletivo Empresarial e Coletivo por Adesão (CORP e PME), o limite de contrato pela projeção de contraprestações, é mensal, visto que o contrato é renovado mensalmente e pode ser cancelado por ambas as partes envolvidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(d) Separação dos componentes de contrato**

A IFRS 17 requer a contabilização separada dos seguintes componentes que podem fazer parte de um contrato de seguro:

- Derivativos embutidos;
- Componente de investimentos; e
- Compromissos de transferência de bens ou serviços não seguros distintos.

Através da análise dos contratos de seguro da Companhia, não foram identificados componentes que precisariam ser tratados de forma apartada. Dentro do segmento pessoa jurídica coletivo empresarial, encontra-se um plano, o qual apresenta o componente de serviço chamado *Concierge*. O fluxo desse serviço está altamente relacionado ao fluxo de seguros, o que faz com que não seja necessária a separação desse componente e ele possa ser avaliado como um contrato de seguro.

(e) Mensuração dos contratos

O Passivo para Cobertura Remanescente (PCR), representa a obrigação da entidade de investigar e pagar eventos válidos para eventos segurados que ainda não ocorreram. A PCR também abrange a obrigação da entidade de pagar valores de acordo com contratos de seguro existentes que estejam relacionados com coberturas de contratos ainda não prestados (obrigações relacionadas com a prestação futura de serviços de contratos de seguro) e quaisquer componentes de investimentos ou outros montantes que estejam relacionados com a prestação de serviços do contrato de seguro e que não tenham sido transferidos para a responsabilidade por eventos incorridos. A reserva PCR pode ser calculada a partir de três metodologias: Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA, na sigla em inglês), Abordagem de Taxa Variável (VFA, na sigla em inglês) e Abordagem de Alocação de Prêmios (PAA, na sigla em inglês).

O Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) da CPC 50 / IFRS 17 requer que as empresas que emitem contratos de seguros e resseguros mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa esperado, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual de seguros. A Companhia prevê a aplicação do Modelo Geral de Mensuração para os contratos dos Planos Pessoa Física - PF.

Além do Modelo Geral de Mensuração, a CPC 50 / IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo de mensuração, a Abordagem de Alocação de Prêmios (PAA). Esse modelo simplificado é aplicável, para contratos com período de cobertura de até um ano ou aqueles que tenham um reconhecimento do resultado similar ao Modelo Geral de Mensuração. A Odontoprev aplica o modelo simplificado PAA para os grupos de contratos de planos pessoa jurídica coletivo empresarial e coletivo por adesão (CORP e PME). Entretanto, tendo em vista que tais grupos de contratos possuem seus passivos com característica de curto prazo, porém com duração de 24 a 36 meses, de acordo com o requerido pela norma CPC 50 / IFRS 17, foi necessário aplicar o teste de aderência para que fosse permitida a aplicação da abordagem de mensuração simplificada. Neste teste, a Companhia avaliou se a mensuração, utilizando a abordagem simplificada PAA, resultaria em mensuração similar àquela considerada aplicando-se a modelagem padrão - BBA. Os testes de aderência são realizados anualmente.

A Companhia não mensurou contratos pelo Modelo de Taxa Variável (VFA).

(f) Estimativa de fluxos de caixa futuros

Os itens considerados como fluxos de caixa futuros de entrada e saída pela Odontoprev dentro do limite são: (i) contraprestações, refletindo os cancelamentos nos contratos de longo prazo através da taxa de permanência (tábua de permanência) da marca/produto; (ii) pagamentos, incluindo eventos avisados, eventos ocorridos e não pagos, e todos os pagamentos futuros relacionados a eventos (PDR - Provisão de despesas relacionadas); (iii) alocação de fluxos de caixa de aquisições de seguro atribuíveis à carteira à qual pertence o contrato, que deve ser entendido como despesa comercial; (iv) custos de manutenção e administração de contratos, tais como custos de cobrança de contraprestações, processamento das alterações de contratos e custos de tramitação de eventos, que devem ser entendidos como outros custos operacionais; e (v) alocação de gastos gerais fixos e variáveis (tais como custos de contabilidade, recursos humanos, tecnologia da

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

informação e suporte, aluguel e manutenção), denominados despesas administrativas, diretamente atribuíveis ao cumprimento dos contratos e impostos baseados em transações.

(g) Taxa de desconto

Taxa de Desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Esta pode ser construída a partir de duas metodologias: *Top-Down* ou *Bottom-Up*. Na metodologia *Top-Down*, o cálculo da Taxa de Desconto se dá através da análise de comportamento do rendimento dos ativos sob a perspectiva do ALM (*Asset Liability Management*) especificamente, a obtenção da TIR (Taxa Interna de Retorno) do ativo e, posteriormente, se constrói uma curva de desconto através da interpolação da TIR desses ativos. ALM representa uma técnica de gerenciamento de riscos que visa evitar o descasamento entre ativos e passivos. Já na metodologia *Bottom-Up*, o cálculo da Taxa de Desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, que no Brasil considera-se a ETTJ PRE da SUSEP, sobre a qual se acrescenta o risco de iliquidez. O risco de iliquidez mede o risco exposto no caso de não recebimento de determinado cupom, ou seja, mede o quanto isso causa de impacto no cumprimento das obrigações da empresa que emite contratos de seguro.

A taxa de desconto utilizada pela Odontoprev para descontar os fluxos de caixa para todos os produtos é a *Bottom-Up*.

(h) Ajuste de risco (RA)

O Ajuste de Risco (RA – “*Risk Adjustment*”) é o ajuste feito pela entidade na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para compensar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorrem de risco não financeiro conforme a entidade cumpre o contrato de seguro.

Levando-se em conta as disponibilidades de informação da Odontoprev, aplica-se para o cálculo do ajuste de risco não financeiro a metodologia de Custo de Capital. Sob esta abordagem de cálculo de Custo de Capital, o RA é o custo de fornecer um montante de fundos elegíveis igual ao capital necessário para suportar os compromissos de seguro durante a vigência do contrato. Essa metodologia se destaca pela simplicidade no cálculo com a obtenção de capital regulatório e pelo fato de tal metodologia ser utilizada em diferentes países, que possuem regulamentações baseadas em risco. O percentil equivalente. Neste sentido, o percentil que representa o nível de confiança equivalente ao custo de capital utilizado, é demonstrado abaixo:

Carteira	PCR – RA	PSI – RA
PF	59,7%	59,7%
CORP	n/a	59,7%
PME	n/a	59,7%

Carteira	PSI Seguros - RA	PSI RESSEGUROS – RA
Odontored	58,4%	58,4%

(i) Alocação da margem contratual de serviço (CSM)

Uma parcela da margem contratual de serviço é reconhecida em cada resultado do período para refletir os serviços de seguro prestados. O valor da parcela é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando a margem contratual de serviço no final do período igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente, que se espera que seja fornecida no futuro, reconhecendo no resultado o valor alocado às unidades de cobertura consumidas no período.

Para os grupos de contrato mensurados pelo Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA), a entidade deve reconhecer a margem contratual de seguro ao longo da duração do grupo de contratos de forma sistemática que reflita a transferência dos benefícios do seguro de acordo com o contrato. Vale ressaltar que o CSM só é mensurado para os contratos que seguem a metodologia BBA ou VFA, desta forma, apenas os contratos pessoa física (PF) mensuram o CSM.

A Odontoprev aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos. As bases para determinar a quantidade de cobertura fornecida para cada produto para a apropriação do CSM são determinadas com

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

base nos fluxos de entrada, número de segurados ou volume de provisões, a depender do grupo de contrato. Os juros sobre o CSM serão reconhecidos usando a curva de desconto no reconhecimento inicial.

(j) Reconhecimento inicial

A Odontoprev adotou a Abordagem Retrospectiva Total para os grupos de contratos de seguro emitidos a partir de 2021 e, para os grupos de contratos de seguro emitidos até 2020, foi adotada a abordagem do Valor Justo, devido à impraticabilidade de aplicação das demais abordagens. Abaixo tem-se detalhado as duas formas de mensuração:

Abordagem Retrospectiva Total

Consiste na mensuração dos contratos de seguros desde a sua emissão, necessitando que a Companhia tenha dados disponíveis para realizar as projeções de fluxo de caixa, cálculo da taxa de desconto e *Risk Adjustment* desde o reconhecimento inicial dos contratos.

Abordagem do valor justo (*Fair Value*):

Consiste na mensuração dos contratos de seguros ao valor justo na data da transição.

Para os grupos de contrato mensurados através da abordagem simplificada (PAA), para os grupos CORP e PME, a metodologia de transição foi a Retrospectiva Total.

Já para o grupo PF, mensurado pelo Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA), a metodologia utilizada foi o *Fair Value*, especificamente para os contratos emitidos até 2020. Para os contratos emitidos a partir de 2021, a metodologia de transição foi a Retrospectiva Total.

(k) Apresentação

Carteiras de contratos de seguro que são ativos e aqueles que são passivos, são apresentados separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa antes do reconhecimento do grupo de contratos de seguros são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. As despesas e receitas de seguro excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas como segue.

(l) Receita de seguros - Contratos calculados por GMM/BBA

A Odontoprev reconhece a receita de seguros à medida que satisfaz suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguros. Para os contratos mensurados pelo GMM/BBA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações no passivo por cobertura remanescente que se relacionam aos serviços atuais pelos quais a Odontoprev espera receber contraprestação e compreende os itens a seguir:

- As despesas com serviços de seguros incorridas no período;
- As mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;
- O valor a ser liberado de CSM pelas coberturas prestadas no período; e
- Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de contraprestações relacionadas ao período atual ou passado, se houver.

Além disso, a Odontoprev aloca uma parcela das contraprestações referentes à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na passagem do tempo. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado pelo acréscimo de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos relacionados, como receita de seguros e igual valor como despesas de serviços de seguros.

(m) Receita de seguros - Contratos calculados por PAA

Para os contratos mensurados pelo PAA, a receita de seguro de cada período é o valor dos recebimentos de contraprestações esperadas pela prestação de serviços no período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(n) Despesas de seguros**

As despesas com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguros são reconhecidas no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens:

- Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas no período;
- Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas em períodos anteriores (relacionados a serviços passados);
- Outras despesas de serviço de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;
- Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e
- Mudanças no PCR relacionadas ao serviço futuro que não ajustam o CSM, pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

(o) Receitas e despesas financeiras de seguros

As receitas e despesas financeiras de seguros incluem variações nos valores contábeis de grupos de contratos de seguro decorrentes dos efeitos do valor monetário temporal, do risco financeiro e das variações de taxas e hipóteses. A Companhia reconhece no resultado, os juros referentes aos contratos de seguros e, em outros resultados abrangentes, o valor referente à variação nas taxas e hipóteses financeiras. O objetivo da apresentação segregada das receitas e despesas financeiras da entidade tem como finalidade evitar maior volatilidade nos resultados do período.

2.3. Segmentos operacionais

As informações são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estratégicas da Companhia, a Diretoria Estatutária, que é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais (nota 20).

2.4. Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional) e tais demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$).

Para as Controladas Odontored e Oprev (nota 1) a moeda funcional é o peso mexicano, a qual é convertida para a moeda funcional da Companhia para fins de apresentação, utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço (ativos e passivos circulantes), da data das transações (ativos e passivos não circulantes e patrimônio líquido) e média mensal (receitas e despesas). Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no patrimônio líquido.

2.5. Ativo circulante**2.5.1. Classificação****(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa corresponde às disponibilidades que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato (nota 5).

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez mantidos para atender a compromissos de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor (nota 5).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(b) Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)**

De acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo através do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração (descasamentos contábeis).

Os ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado da Companhia são classificados dessa forma visto que não são aprovados no teste de SPPI (*"Solely Payments of Principal and Interest"*) de acordo com as orientações do CPC 48 / IFRS 9. Para esses ativos, a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (notas 4.1.1 e 6) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado**(i) Aplicações financeiras**

Os ativos financeiros mensurados a custo amortizado são avaliados pelo teste de SPPI e com base no modelo de negócios. Os ativos apresentam fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para a manutenção em carteira até o vencimento. São mensurados no ativo não circulante quando o vencimento é superior a 12 meses e são registrados pelo custo na respectiva data de aquisição acrescidos dos rendimentos (nota 4.1.1 e nota 6).

(ii) Recebíveis

São ativos financeiros mantidos pela Companhia a fim de receber fluxos de caixa contratuais que representam o pagamento de principal e juros. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo e custo amortizado, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente pela Companhia.

2.5.3. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação destas mensurações de acordo com o nível hierárquico destacados a seguir, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras (nota 4.1.1).

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado.

2.5.4. Recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas Controladas reconhecem na provisão de cobertura remanescente de seguros uma parcela referente a redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos, acrescida de um percentual médio de perda apurado em um estudo de comportamento histórico da carteira. As perdas com clientes são registradas no resultado de seguros.

Os valores até R\$15 vencidos acima de 180 dias e os acima de R\$15 vencidos acima de 365 dias, para os quais não há mais expectativa da Administração para recuperação, são contabilizados como perda efetiva no resultado de seguros.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia e suas Controladas mensuram a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão. Caso, num período subsequente, ocorrer a diminuição do valor da perda por *impairment* e esta puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após ter sido reconhecida, a recuperação e reversão são reconhecidas na demonstração do resultado.

Com relação aos Títulos Públicos, o risco de crédito é baixo, não havendo indicativo de perda de acordo com o *rating* apresentado (nota 4.1.1).

As demais classes de ativos financeiros classificadas a custo amortizado não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros.

2.6. Ativos e Passivos Não Circulante

2.6.1. Realizável a longo prazo

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL) diferidos – ativo e passivo

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros (nota 9.1).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem realizadas ou revertidas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

(b) Depósitos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas

Referem-se a processos cíveis, fiscais e trabalhistas regularmente atualizados monetariamente. Os depósitos realizados em processos cíveis e trabalhistas são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC"). Os depósitos realizados em processos fiscais são atualizados pelo índice Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e, a partir de 16 de setembro de 2024, os processos fiscais de natureza federal, anteriormente atualizados pela SELIC, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") (nota 9.2).

(c) Investimentos (participações societárias)

Representados por investimentos em Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em seus respectivos balanços patrimoniais (nota 10).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(d) Imobilizado****(i) Imobilizado em operação (imobilizações)**

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear às taxas anuais (nota 11).

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

Quando há algum indicativo de perda, a Companhia avalia a constituição de *impairment*.

(ii) Direito de uso (CPC 06 (R2) / IFRS 16)

Para as operações de arrendamento, a Companhia avaliou a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período, em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia e suas Controladas, como arrendatárias em contratos de imóveis e de equipamentos, possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso (notas 11 e 18). As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O passivo de arrendamento é reconhecido por estimativa do valor presente dos pagamentos, levando em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito na aplicação da taxa incremental.

(e) Intangível**(i) Ágio (*goodwill*) na aquisição de investimentos**

Refere-se ao ágio fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos (notas 12 e 12.1). É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis.

O *goodwill* é testado no mínimo anualmente para avaliar a existência de possíveis perdas (nota 12.1) sendo contabilizado pelo seu valor de custo deduzido das perdas acumuladas por *impairment*, se houver, as quais não são revertidas.

(ii) Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de *softwares*

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de *softwares* que são diretamente atribuíveis a projetos e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis até que estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, no prazo médio de 60 meses (nota 12). Após a conclusão dos projetos, os gastos de manutenção são reconhecidos como despesa.

(iii) Ativos intangíveis alocados

Valores atribuídos à marca, carteira de clientes e acordo de não concorrência oriundos de aquisição de controle em investidas, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com os prazos identificados em laudo de avaliação (nota 12.1).

2.7. Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

A Companhia efetua análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos e; (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment* (nota 12.1).

2.8. Tributos e encargos sociais a recolher

(a) IRPJ e CSLL: são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais (notas 15 e 24). A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro real (notas 15 e 24).

(b) Demais obrigações fiscais: compostas, principalmente, pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), as quais são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e de 4% respectivamente, ambas sobre o faturamento (notas fiscais emitidas) deduzido de eventos indenizáveis pagos (nota 15).

(c) Obrigações fiscais municipais: corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída a alíquotas que variam de 2% a 5% (nota 15).

(d) Obrigações sociais: encargos sociais a recolher, contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

2.9. Comercialização sobre operações

Compromissos com prestadores de serviços de intermediação de planos, comissões e agenciamentos a pagar, que são, em sua maioria liquidados mensalmente.

2.10. Outras contas a pagar

Incluem-se obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios que são classificados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados no passivo não circulante (nota 16).

2.11. Provisões para ações judiciais (contingências)

A Companhia e suas Controladas avaliam suas contingências de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no qual apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e na jurisprudência em casos semelhantes, 100% dos valores pretendidos são provisionados (nota 17.1).

Os processos perante a ANS, aos órgãos de proteção ao consumidor e aos órgãos de classe, seguem a mesma regra de provisionamento acima, onde apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores e na complexidade da causa, são provisionados 100% dos valores envolvidos.

Os processos judiciais relacionados a obrigações tributárias (legais, fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras, com eventual

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

constituição de provisão, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa Selic).

2.12. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (nota 19.1).

A Companhia recompra ações visando maximizar a geração de valor para os acionistas.

2.13. Reconhecimento das receitas**(a) Vendas de bens e serviços**

As receitas de vendas de bens e serviços são apropriadas ao resultado conforme regime de competência e atendendo ao cumprimento das obrigações de *performance* (notas 20 (d) e 21). Na modalidade de planos odontológicos pós-estabelecidos, a Odontoprev administra as despesas odontológicas em favor de seus clientes e é integralmente reembolsada pelos clientes, registrando como receita da operação somente sua taxa de administração.

(b) Financeiras

Receitas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras e atualizações monetárias (nota 23).

2.14. Benefícios a empregados e administradores

Em relação aos benefícios a empregados e administradores, a Companhia e suas Controladas classificam em despesas administrativas as participações no resultado e Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP), conforme determinações do CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)

A distribuição de dividendos e JCP para os acionistas da Odontoprev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, desde que não pago, é mantido no patrimônio líquido na conta “dividendo adicional proposto” até a sua aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) (nota 19.5).

2.16. Lucro por ação

A Companhia calcula os lucros básico e o diluído por ação em conformidade com o CPC 41/IAS 33 – Resultado por Ação (nota 25).

2.17. Normas e interpretações emitidas não vigentes**Resolução CVM 193/2023**

A CVM publicou em 20 de outubro de 2023, com entrada em vigor em 01 de novembro de 2023, a Resolução CVM nº 193, que permite, de forma voluntária, para companhias abertas a elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional (IFRS S1 e S2) emitido pelo “*International Sustainability Standards Board*” - ISSB. A adoção desta nova norma será obrigatória para as companhias abertas a partir dos exercícios sociais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2026. A Companhia iniciou os estudos para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório. A Administração da Companhia optou em não realizar esta divulgação antecipada voluntária.

IFRS 18/2024

O IASB - *International Accounting Standards Board* emitiu a IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras em 09 de abril de 2024. Esta norma inclui requisitos para todas as entidades que aplicam as IFRS para a apresentação e divulgação de informações nas demonstrações financeiras e substituirá a IAS 1 - Apresentação de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações Financeiras, aplicando-se a um período de relatório anual com início em ou após 01 de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os eventuais impactos desta norma.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e Consolidado e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, porém, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua sendo os impactos de suas revisões reconhecidos prospectivamente em conformidade com o disposto no CPC 23/IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação de passivos de seguros (nota 2.2 e 14) e (ii) avaliação de provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas (notas 2.11 e 17.1).

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material incluem: (i) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros (notas 2.5.4 e 6), (ii) avaliação de ativos fiscais diferidos (notas 2.6.1 (a) e 9.1), (iii) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros (notas 2.6.1 (e), 2.7 e 12.1), (iv) cálculo do direito de uso, passivo de arrendamento e respectivo ajuste a valor presente (notas 2.6.1 (d) e 18 e (v) premissas utilizadas na mensuração dos contratos de seguros com base no CPC 50 / IFRS17 (nota 2.2 e 14).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas Controladas mencionados a seguir são gerenciados pelos Gestores de Riscos e avaliados e monitorados pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Compliance e Segurança da Informação e Privacidade de Dados e contemplam políticas e estratégias de gerenciamento de riscos consideradas adequadas pela Administração.

As políticas e estratégias de gerenciamento de riscos, que contemplam a identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos, são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria, criado e instalado em 26 de março de 2010, por determinação do Conselho de Administração e em conformidade com o Estatuto Social da Companhia. Desde outubro de 2022, a Companhia implementou o Comitê de Gestão de Riscos, órgão subordinado à Presidência e que avalia e monitora as exposições de risco, apoiando o Comitê de Auditoria.

4.1. Fatores de risco financeiro**4.1.1. Risco de mercado (taxa de juros)**

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 521/2022 alterada pela RN 601/2024 da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas, composta, em sua maioria, por títulos públicos federais de longo prazo, está exposta à juros reais em instrumentos pós-fixados à inflação medida pelo IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, dos recursos totais da Companhia e Consolidado, 77,7% e 76,2% (81,0% e 79,6% em 31 de dezembro de 2023) estão aplicados em títulos públicos federais, 22,3% e 23,8% (19% e 20,4% em 31 de dezembro de 2023) estão aplicados em fundos de investimentos, impactados substancialmente pela variação da taxa SELIC/CDI.

Em atendimento ao CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia e suas Controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros conforme destacado no quadro a seguir:

	Companhia							
	Indexados à		Indexados ao			Rendimentos		31/12/2024
	SELIC/CDI		IPCA + pré-fixado			Pré-fixados		
	SELIC/CDI (a.a) ¹	FI renda fixa	Pré fixado ³	IPCA (a.a) ¹	NTN-B	Pré fixado ³	NTN-F	Total de aplicações financeiras
Nível hierárquico ²	-	2	-	-	2	-	2	-
Aplicações	-	192.982	-	-	520.116	-	153.620	866.718
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:								
Provável	14,75%	28.465	4,63%	4,94%	49.797	10,12%	15.550	93.812
Queda 2,0 p.p.	12,75%	24.605		2,94%	39.394		15.550	79.549
Queda 3,0 p.p.	11,75%	22.675		1,94%	34.193		15.550	72.418
Elevação 2,0 p.p.	16,75%	32.324		6,94%	60.199		15.550	108.073
Elevação 3,0 p.p.	17,75%	34.254		7,94%	65.400		15.550	115.204

¹Baseada no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 27 de dezembro de 2024.
²Classificação nível hierárquico (nota 2.5.3).
³A aplicação em questão não está exposta à flutuações de indexadores pois possui rendimentos pré-fixados.

	Consolidado									
	Indexados à SELIC/CDI		Indexados ao Bond mexicano		Indexados ao IPCA + pré-fixado			Rendimentos Pré-fixados		31/12/2024
	SELIC/CDI (a.a) ¹	FI renda fixa	BM (a.a) ³	CETES	Pré fixado ⁴	IPCA (a.a) ¹	NTN-B	Pré fixado ⁴	NTN-F	Total de aplicações financeiras
Nível hierárquico ²	-	2	-	2		-	2	-	2	-
Aplicações	-	213.489	-	9.647		-	520.116	-	153.620	896.872
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:										
Provável	14,75%	31.490	10,02%	967	4,63%	4,94%	49.797	10,12%	15.550	97.804
Queda 2,0 p.p.	12,75%	27.220	8,02%	774		2,94%	39.394		15.550	82.938
Queda 3,0 p.p.	11,75%	25.085	7,02%	677		1,94%	34.193		15.550	75.505
Elevação 2,0 p.p.	16,75%	35.759	12,02%	1.160		6,94%	60.199		15.550	112.668
Elevação 3,0 p.p.	17,75%	37.894	13,02%	1.256		7,94%	65.400		15.550	120.100

¹Baseada no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 27 de dezembro de 2024.
²Classificação nível hierárquico (nota 2.5.3).
³Taxas disponíveis no Banco Central do México.
⁴A aplicação em questão não está exposta à flutuações de indexadores pois possui rendimentos pré-fixados.

A Companhia adotou em sua avaliação os percentuais 2,0 p.p e 3,0 p.p levando em conta a variação da taxa Selic nos últimos 12 meses e considera razoável a exposição de suas aplicações a esta variação. Em 31 de dezembro de 2024, o total das aplicações financeiras R\$866.718 (R\$949.771 em 31 de dezembro de 2023) referem-se à Companhia e R\$30.154 (R\$27.987 em 31 de dezembro de 2023) referem-se às demais empresas Controladas.

	31/12/2024			31/12/2023			Ratings das instituições financeiras					
	Companhia	Consolidado	Rendimento médio	Companhia	Consolidado	Rendimento médio	Fitch		Moody's		S&P	
			% do CDI			% do CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP
Banco Bradesco S.A.	192.982	213.489	101,2%	180.916	199.104	98,3%	F1+	AAA	NP	Ba1	brA-1+	brAAA
Governo brasileiro	673.736	673.737	87,1%	768.855	768.855	70,2%		BB		Ba2		BB
Governo mexicano	-	9.646	-	-	9.799	-	-	BBB-	-	Baa2	-	BBB
	866.718	896.872		949.771	977.758							

4.1.2. Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não receberem, total ou parcialmente, os

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valores decorrentes das aplicações financeiras (nota 6). A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado (nota 2.5.4).

A Companhia não possui cliente que represente concentração de faturamento de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros.

4.1.3. Risco de liquidez

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A gestão do risco de liquidez visa monitorar os prazos de liquidação dos direitos, obrigações e seus instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia e de suas Controladas são oriundos, basicamente dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-estabelecido, o que ocorre em sua maioria, na primeira quinzena de cada mês. Em contrapartida, os pagamentos à rede credenciada, que são os principais fornecedores, transcorrem, na sua maioria, no início de cada mês. Tratam-se de ativos e passivos de curto prazo.

4.2. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação. O modelo de negócio da Odontoprev é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de planos odontológicos são levados em consideração os fatores:

Modelo de risco: pré-estabelecido, taxa mensal *per capita*;

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência: rede credenciada, livre escolha, unidades de atendimento próprias e consultórios odontológicos exclusivos no estabelecimento do cliente;

Modelo de adesão: integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano;

Coberturas: conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano contratado, a ANS determina uma cobertura odontológica mínima;

Fatores moderadores de utilização: co-participação e carências;

Honorários: remunerações para os profissionais da rede credenciada, reembolso de livre escolha e clínicas próprias;

Material odontológico: valor acrescido ao prêmio de risco e destinado às despesas com material odontológico do programa de fidelidade dos profissionais da rede credenciada.

A flutuação dos custos odontológicos também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos pois podem ser aumentados em decorrência do volume de utilização, legislação e elevação dos valores dos materiais odontológicos.

Para gerenciar o risco de subscrição, a Companhia possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, bem como possui departamentos especializados que atuam na estimação dos passivos de seguros e na precificação dos planos odontológicos.

Os contratos coletivos possuem cláusulas de multa por descumprimento contratual e de reajuste anual do valor das taxas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

praticadas através do índice de sinistralidade (custo de serviços dos últimos 12 meses dividido pela receita de vendas) e/ou pela inflação, conforme índice oficial contratualmente previsto. São também comercializados contratos individuais ou familiares, renováveis automaticamente por tempo indeterminado, com cláusulas de multa por rescisão e de reajuste conforme índice oficial contratualmente previsto.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos para minimizar os riscos e garantir seu equilíbrio financeiro.

Geralmente é admitido que um índice de sinistralidade entre 40% e até 60% permite uma margem de contribuição (resultado bruto deduzido das despesas de comercialização dividido pela receita de vendas) capaz de suportar as despesas administrativas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 o índice de sinistralidade da Companhia e Consolidado foi de 34,8% e 33,8% respectivamente (36,3% e 35,4% em 31 de dezembro de 2023 respectivamente) e a margem de contribuição de 53,3% na Companhia e 54,3% no Consolidado (52% e 52,9% em 31 de dezembro de 2023 respectivamente).

	Acréscimo/redução margem de contribuição											
	Companhia						Consolidado					
	Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade				Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade			
	31/12/2024		Igual a 60%		Igual a 40%		31/12/2024		Igual a 60%		Igual a 40%	
Receita de seguros e resseguros	2.200.634	100,0%	2.200.634	100,0%	2.200.634	100,0%	2.243.006	100,0%	2.243.006	100,0%	2.243.006	100,0%
Eventos ocorridos	(764.841)	-34,8%	(1.320.380)	-60,0%	(880.254)	-40,0%	(757.246)	-33,8%	(1.345.804)	-60,0%	(897.202)	-40,0%
Resultado bruto	1.435.793	65,2%	880.254	40,0%	1.320.380	60,0%	1.485.760	66,2%	897.202	40,0%	1.345.804	60,0%
Despesas de comercialização	(262.948)	-11,9%	(262.948)	-11,9%	(262.948)	-11,9%	(268.299)	-12,0%	(268.299)	-12,0%	(268.299)	-12,0%
Margem de contribuição	1.172.845	53,3%	617.306	28,1%	1.057.432	48,1%	1.217.461	54,3%	628.903	28,0%	1.077.505	48,0%
(Redução)/acréscimo em margem			(555.539)	-25,2 p.p	(115.413)	-5,2 p.p			(588.558)	-26,2 p.p	(139.956)	-6,2 p.p
	Acréscimo/redução margem de contribuição											
	Companhia						Consolidado					
	Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade				Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade			
	31/12/2023		Igual a 60%		Igual a 40%		31/12/2023		Igual a 60%		Igual a 40%	
Receita de seguros e resseguros	2.058.108	100,0%	2.058.108	100,0%	2.058.108	100,0%	2.083.694	100,0%	2.083.694	100,0%	2.083.694	100,0%
Eventos ocorridos	(747.300)	-36,3%	(1.234.865)	-60,0%	(823.243)	-40,0%	(737.846)	-35,4%	(1.250.216)	-60,0%	(833.478)	-40,0%
Resultado bruto	1.310.808	63,7%	823.243	40,0%	1.234.865	60,0%	1.345.848	64,6%	833.478	40,0%	1.250.216	60,0%
Despesas de comercialização	(241.591)	-11,7%	(241.591)	-11,7%	(241.591)	-11,7%	(242.592)	-11,6%	(242.592)	-11,6%	(242.592)	-11,6%
Margem de contribuição	1.069.217	52,0%	581.652	28,3%	993.274	48,3%	1.103.256	52,9%	590.886	28,4%	1.007.624	48,4%
(Redução)/acréscimo em margem			(487.565)	-23,7 p.p	(75.943)	-3,7 p.p			(512.370)	-24,6 p.p	(95.632)	-4,6 p.p

4.3. Risco legal e regulatório - capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar o retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico".

A Companhia mantém níveis de capital acima dos requerimentos regulatórios (nota 13).

4.4. Risco operacional

O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas), bem como os eventos externos.

A Companhia possui um conjunto de normas, processos e estruturas organizacionais para gerenciar o risco operacional, incluindo Auditoria Interna; departamentos de segunda linha de defesa; segregação de funções em atividades e processos; limitações de autoridade por alçadas; segurança lógica nos sistemas computacionais; canais de comunicação para recepção de denúncias; plano de continuidade do negócio; seguros contratados para coberturas dos prédios, máquinas, móveis, utensílios e instalações, veículos, lucros cessantes, responsabilidade civil de administradores e diretores, responsabilidade cibernética por violação de segurança e privacidade; etc.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	6	7	58	63
Numerários em trânsito ¹	9.019	12.593	9.019	12.595
Bancos conta movimento	213	83	773	742
Aplicações financeiras (conta corrente remunerada)	6.545	932	6.681	991
	15.783	13.615	16.531	14.391

¹Recebimentos de clientes a serem transferidos por instituições financeiras, bem como valores monetários em confirmação.

6. Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado e custo amortizado)

Carteira de investimentos por prazos de vencimentos originais - Companhia							
Taxa Média de Juros	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Ajuste ao valor justo	Valor Atualizado
Saldo em 31/12/2023	180.916	-	148.730	620.125	949.771	(8.560)	941.211
Quotas de fundos de investimento							
FI renda fixa 14,75% a.a.	192.982	-	-	-	192.982	-	192.982
Valor justo através do resultado	192.982	-	-	-	192.982	-	192.982
Títulos de renda fixa - públicos							
Notas do Tesouro Nacional							
Série B - IPCA com juros semestrais 9,57% a.a.	-	134.655	-	385.461	520.116	(33.428)	486.688
Série F - Pré fixado com juros semestrais 10,12% a.a.	-	-	-	153.620	153.620	(20.727)	132.893
Custo amortizado	-	134.655	-	539.081	673.736	(54.155)	619.581
Saldo em 31/12/2024	192.982	134.655	-	539.081	866.718	(54.155)	812.563
Ativo circulante	192.982	134.655	-	-	327.637		
Ativo não circulante	-	-	-	539.081	539.081		
	192.982	134.655	-	539.081	866.718		

Carteira de investimentos por prazos de vencimentos originais - Consolidado							
Taxa Média de Juros	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Ajuste ao valor justo	Valor Atualizado
Saldo em 31/12/2023	208.903	-	148.730	620.125	977.758	(8.560)	969.198
Quotas de fundos de investimento							
FI renda fixa 14,75% a.a.	213.489	-	-	-	213.489	-	213.489
CETES 10,02% a.a.	-	9.647	-	-	9.647	-	9.647
Valor justo através do resultado	213.489	9.647	-	-	223.136	-	223.136
Títulos de renda fixa - públicos							
Notas do Tesouro Nacional							
Série B - IPCA com juros semestrais 9,57% a.a.	-	134.655	-	385.461	520.116	(33.428)	486.688
Série F - Pré fixado com juros semestrais 10,12% a.a.	-	-	-	153.620	153.620	(20.727)	132.893
Custo amortizado	-	134.655	-	539.081	673.736	(54.155)	619.581
Saldo em 31/12/2024	213.489	144.302	-	539.081	896.872	(54.155)	842.717
Ativo circulante	213.489	144.302	-	-	357.791		
Ativo não circulante	-	-	-	539.081	539.081		
	213.489	144.302	-	539.081	896.872		

Fundos de investimentos renda fixa (FI renda fixa): cotas dos fundos de investimentos Bradesco FI RF Bond e BRAM FI RF Referenciado DI Coral mensurados com base nos valores das cotas divulgados pela instituição administradora Bradesco Asset Management.

Certificados de la Tesorería de la Federación (CETES): títulos públicos de renda fixa da Odontored emitidos pelo governo mexicano. O valor justo da aplicação foi obtido conforme divulgação do Banco do México.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B) – Tesouro IPCA com juros semestrais: títulos públicos federais, referem-se à parte da carteira administrada pelo Bradesco Asset Management.

Notas do Tesouro Nacional – série F (NTN-F) – Tesouro pré-fixado com juros semestrais: títulos públicos federais, referem-se à parte da carteira administrada pelo Bradesco Asset Management.

Movimentação da carteira de investimentos - Companhia						
	Valor justo através do resultado	Custo amortizado				Saldo total
	FI renda fixa	NTN-B¹	NTN-F²	LTN³	Total	
Saldo em 31/12/2022	104.614	471.331	124.384	48.087	643.802	748.416
Aplicações	1.101.969	156.980	27.996	-	184.976	1.286.945
(-) Resgates	(1.045.431)	(72.325)	(12.365)	(40.863)	(125.553)	(1.170.984)
Rendimentos	19.764	48.674	13.335	3.621	65.630	85.394
Saldo em 31/12/2023	180.916	604.660	153.350	10.845	768.855	949.771
Aplicações	1.335.748	34.994	-	-	34.994	1.370.742
(-) Resgates	(1.364.114)	(174.635)	(14.238)	(11.499)	(200.372)	(1.564.486)
Rendimentos	40.432	55.097	14.508	654	70.259	110.691
Saldo em 31/12/2024	192.982	520.116	153.620	-	673.736	866.718

¹Resgate corresponde a recebimentos de títulos vencidos em agosto e cupom de juros.

²Resgate corresponde a recebimento de cupom de juros.

³Resgate corresponde a recebimentos de títulos vencidos em julho.

Movimentação da carteira de investimentos - Consolidado							
	Valor justo através do resultado			Custo amortizado			
	FI renda fixa	CETES	Total	NTN-B¹	NTN-F²	LTN³	Saldo total
Saldo em 31/12/2022	127.381	8.211	135.592	471.331	124.384	48.087	779.394
Aplicações	1.199.648	92.585	1.292.233	156.980	27.996	-	1.477.209
(-) Resgates	(1.151.915)	(91.964)	(1.243.879)	(72.325)	(12.365)	(40.863)	(1.369.432)
Rendimentos	23.990	967	24.957	48.674	13.335	3.621	90.587
Saldo em 31/12/2023	199.104	9.799	208.903	604.660	153.350	10.845	977.758
Aplicações	1.437.148	108.877	1.546.025	34.994	-	-	1.581.019
(-) Resgates	(1.465.626)	(110.035)	(1.575.661)	(174.635)	(14.238)	(11.499)	(1.776.033)
Rendimentos	42.863	1.006	43.869	55.097	14.508	654	114.128
Saldo em 31/12/2024	213.489	9.647	223.136	520.116	153.620	-	896.872

¹Resgate corresponde a recebimentos de títulos vencidos em agosto e cupom de juros.

²Resgate corresponde a recebimento de cupom de juros.

³Resgate corresponde a recebimentos de títulos vencidos em julho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Créditos tributários e previdenciários

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	27.273	22.499	30.897	25.311
CSLL	6.897	4.425	9.176	6.612
INSS	5.646	143	5.646	143
ISS	1.455	1.499	1.472	1.516
PIS e COFINS	137	131	1.218	1.707
IRRF	127	55	977	1.112
Outros	-	-	1.028	708
	41.535	28.752	50.414	37.109
Ativo Circulante	7.364	4.794	15.853	12.922
Ativo Não Circulante	34.171	23.958	34.561	24.187
	41.535	28.752	50.414	37.109

IRPJ e CSLL: saldo de IRPJ composto por antecipações do ano corrente e de anos anteriores, e saldo de CSLL composto por créditos de anos anteriores, ambos oriundos de inovação tecnológica, sujeitos à homologação pelo MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações).

8. Outras contas a receber

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a Fornecedores e outros adiantamentos	2.402	127	6.364	839
Adiantamentos a Funcionários	9.054	9.095	10.504	10.485
TSS a recuperar ¹	-	45.934	-	45.934
Demais créditos a receber ²	14.245	12.640	34.881	29.416
	25.701	67.796	51.749	86.674

¹Em agosto de 2023, houve reconhecimento da recuperação dos valores pagos da taxa de saúde suplementar - TSS com efeito nas linhas de: "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde" (R\$27.091 - valor principal), "receita financeira" (R\$18.843 - atualização monetária). Tal reconhecimento ocorreu devido à inclusão na lista de precatórios, envolvendo casos da Companhia, enviada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região ao Conselho da Justiça Federal.

²Refere-se principalmente a clientes de vendas e bens e serviços e receitas de contratos de pós-pagamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Realizável a longo prazo

9.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Classificação	Expectativa de realização	Nota	Companhia				Consolidado			
				31/12/2023	Constituição	Realização	31/12/2024	31/12/2023	Constituição	Realização	31/12/2024
Diferenças temporárias											
Provisões para ações judiciais (contingências)	Ativo	Acima de 12 meses	17.1	11.520	1.747	-	13.267	12.271	1.583	-	13.854
Provisões diversas	Ativo	Até 12 meses	16	4.075	10.274	-	14.349	3.839	10.558	-	14.397
Participações no resultado	Ativo	Até 12 meses		5.418	820	-	6.238	9.165	-	(1.780)	7.385
Efeito CPC50/ IFRS17	Ativo	Acima de 12 meses		21.963	8.318	-	30.281	22.811	8.318	(1.156)	29.973
Outras	Ativo	Até 12 meses e acima de 12 meses		21.066	1.487	(3.890)	18.663	22.386	4.553	(3.283)	23.656
IRPJ/CSLL diferidos (Ativo)				64.042	22.646	(3.890)	82.798	70.472	25.012	(6.219)	89.265
Amortização ágio	Passivo	Acima de 12 meses		(55.280)	(1.639)	-	(56.919)	(55.280)	(1.639)	-	(56.919)
IRPJ/CSLL diferidos (Passivo)				(55.280)	(1.639)	-	(56.919)	(55.280)	(1.639)	-	(56.919)
IRPJ/CSLL diferidos				8.762	21.007	(3.890)	25.879	15.192	23.373	(6.219)	32.346
Imposto de renda diferido (IRPJ)				6.443	15.447	(2.860)	19.030	11.394	17.186	(4.879)	23.701
Contribuição social diferida (CSLL)				2.319	5.560	(1.030)	6.849	3.798	6.187	(1.340)	8.645
IRPJ/CSLL diferidos				8.762	21.007	(3.890)	25.879	15.192	23.373	(6.219)	32.346

9.2. Depósitos judiciais e fiscais

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais	29.857	27.405	31.051	28.597
ISS ¹	28.211	25.866	28.211	25.866
Outros	1.646	1.539	2.840	2.731
Previdenciárias e trabalhistas	395	265	532	351
Cíveis	1.852	1.533	1.852	1.533
	32.104	29.203	33.435	30.481

¹Proveniente da incorporada Odonto System, depositado judicialmente o valor integral do ISS sem a dedução dos eventos na base de cálculo (objeto da ação). Montante totalmente provisionado no passivo não circulante em "Tributos e encargos a recolher".

9.3. Outros créditos a receber

Provisão para riscos potenciais apurados na revisão de procedimentos contábeis, fiscais e trabalhistas de empresas adquiridas (nota 12.1), que tem como contrapartida "outras exigibilidades" (nota 17.3). Mediante contrato com os antigos sócios das empresas adquiridas garantem o reembolso de eventuais pagamentos que a Companhia e suas Controladas sejam obrigadas a efetuar.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Odonto System ¹	10.134	10.134	10.134	10.134
Mogidonto	3.563	4.751	3.563	4.751
Papaiz	-	-	571	607
Outros	-	-	-	259
	13.697	14.885	14.268	15.751

¹Valores garantidos por seguro garantia e carta de fiança.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

Companhia						
Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2023	Dividendos	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Outros	Saldo em 31/12/2024
Controladas diretas						
Odontored	9.694	-	4.122	747	-	14.563
Clidec	45.390	-	1.127	-	-	46.517
Odontoprev Serviços	20.996	(8.000)	8.228	5	-	21.229
Controlada em conjunto						
Brasildental	4.468	(6.325)	6.443	(240)	-	4.346
Outros Investimentos						
Outros	2	-	-	-	(1)	1
Total	80.550	(14.325)	19.920	512	(1)	86.656

Consolidado						
Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2023	Dividendos	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Outros	Saldo em 31/12/2024
Controlada em conjunto						
Brasildental	4.468	(6.325)	6.443	(240)	-	4.346
Coligadas						
MaChiron	148	-	(107)	-	-	41
SF 210	1.677	-	1	-	-	1.678
Outros Investimentos						
Outros	57	-	-	-	(1)	56
Total	6.350	(6.325)	6.337	(240)	(1)	6.121

Companhia e Consolidado						
Posição 31/12/2024	Controladas:			Coligadas:		Joint Venture:
	Odontoprev Serviços	Clidec	Odontored	Machiron	SF210	Brasildental
Capital Social	9.700	31.516	6.030	595	8.859	9.500
Participação (%)	100,0	100,0	100,0	20,0	18,1	25,0
Ativo	37.030	54.090	18.326	266	9.272	32.052
Passivo	15.801	7.573	3.763	103	24	14.668
Patrimônio líquido	21.229	46.517	14.563	163	9.248	17.384
Receitas	58.346	37.348	42.397	606	93	108.037
Resultado do exercício	8.228	1.127	4.122	(523)	7	25.773
Dividendos	(8.000)	-	-	-	-	(6.325)
Equivalência Patrimonial	8.228	1.127	4.122	(105)	1	6.443

Odontoprev S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Movimentação imobilizado - Companhia									
31/12/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciações/Amortizações	31/12/2024	Custo de aquisição	Depreciações/Amortizações	Saldo contábil, líquido	Taxa anual de depreciação (%)
Equipos. de computação	8.304	5.402	(19)	506	(3.276)	10.917	21.728	(10.811)	20
Veículos	1.003	798	(245)	-	(309)	1.247	1.861	(614)	20
Instalações	326	327	-	15	(63)	605	745	(140)	10
Máquinas e equipamentos	481	96	(18)	15	(70)	504	833	(329)	10
Móveis e utensílios	592	217	(3)	(17)	(146)	643	1.788	(1.145)	10
Equipos. de comunicação	120	16	-	(111)	(9)	16	48	(32)	10
Equipos. odontológicos	73	-	-	5	(14)	64	168	(104)	10
Imobilizado de uso próprio	10.899	6.856	(285)	413	(3.887)	13.996	27.171	(13.175)	
Outras imobilizações	4.362	1.569	(8)	78	(1.684)	4.317	10.134	(5.817)	20
Imobilizações	15.261	8.425	(293)	491	(5.571)	18.313	37.305	(18.992)	
Direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16) ¹	12.372	631	-	-	(1.971)	11.032	17.452	(6.420)	11.032
Imobilizado	27.633	9.056	(293)	491	(7.542)	29.345	54.757	(25.412)	

¹ Depreciação calculada conforme duração do contrato de locação de imóveis e máquinas e equipamentos.

Movimentação imobilizado - Consolidado									
31/12/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciações / Amortizações	31/12/2024	Custo de aquisição	Depreciações / Amortizações	Saldo contábil, líquido	Taxa anual de depreciação (%)
Equipos. de computação	8.800	5.850	(45)	510	(3.545)	11.570	24.515	(12.945)	20
Veículos	986	1.001	(239)	-	(304)	1.444	2.143	(699)	20
Instalações	513	330	-	15	(82)	776	960	(184)	10
Máquinas e equipamentos	7.129	571	(69)	(298)	(1.283)	6.050	12.911	(6.861)	10
Móveis e utensílios	1.602	457	(137)	(176)	(280)	1.466	3.433	(1.967)	10
Equipos. de comunicação	124	25	-	(115)	(10)	24	79	(55)	10
Equipos. odontológicos	1.645	169	-	477	(260)	2.031	3.707	(1.676)	10
Total de uso próprio	20.799	8.403	(490)	413	(5.764)	23.361	47.748	(24.387)	
Outras imobilizações (benfeitorias)	7.678	2.149	(8)	78	(2.820)	7.077	19.650	(12.573)	20
Total outras imobilizações	28.477	10.552	(498)	491	(8.584)	30.438	67.398	(36.960)	
Direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16) ¹	26.583	1.240	(97)	-	(6.010)	21.716	36.906	(15.190)	-
Total imobilizado	55.060	11.792	(595)	491	(14.594)	52.154	104.304	(52.150)	

¹ Depreciação calculada conforme duração do contrato de locação de imóveis e máquinas e equipamentos.

12. Intangível

Companhia									
Unidade Geradora de Caixa (UGC)	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Amortizações	31/12/2024	Custo	Amortizações acumuladas ¹	Saldo contábil, líquido
Odontoprev ¹	99.515	-	-	-	-	99.515	114.390	(14.875)	99.515
Bradesco Dental ²	409.640	-	-	-	-	409.640	409.640	-	409.640
Odonto System ³	145.793	-	-	-	-	145.793	145.793	-	145.793
Ágio na aquisição de investimentos	654.948	-	-	-	-	654.948	669.823	(14.875)	654.948
Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares	178.067	81.713	(491)	(590)	(37.765)	220.934	392.089	(171.155)	220.934
Carteira de clientes	5.604	-	-	-	(2.139)	3.465	45.390	(41.925)	3.465
Marcas e patentes	17.943	-	-	-	-	17.943	22.260	(4.317)	17.943
Acordo de não competitividade	181	-	-	-	(73)	108	1.864	(1.756)	108
Ativos intangíveis alocados	23.728	-	-	-	(2.212)	21.516	69.514	(47.998)	21.516
Intangível	856.743	81.713	(491)	(590)	(39.977)	897.398	1.131.426	(234.028)	897.398

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Consolidado						Custo	Amortizações acumuladas ⁴	Saldo contábil, líquido
	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Amortizações	31/12/2024			
Odontoprev ¹	99.515	-	-	-	-	99.515	114.390	(14.875)	99.515
Bradesco Dental ²	409.640	-	-	-	-	409.640	409.640	-	409.640
Odonto System ³	145.793	-	-	-	-	145.793	145.793	-	145.793
Unidades diversas, com ágio não significativo ⁵	14.521	-	-	-	-	14.521	14.785	(264)	14.521
Ágio na aquisição de investimentos	669.469	-	-	-	-	669.469	684.608	(15.139)	669.469
Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares	180.547	81.997	(491)	(590)	(37.931)	223.532	399.831	(176.299)	223.532
Carteira de clientes	5.781	-	-	-	(2.162)	3.619	45.624	(42.005)	3.619
Marcas e patentes	22.154	-	-	-	-	22.154	26.471	(4.317)	22.154
Acordo de não competitividade	1.701	-	-	-	(448)	1.253	3.747	(2.494)	1.253
Ativos intangíveis alocados	29.636	-	-	-	(2.610)	27.026	75.842	(48.816)	27.026
Intangível	879.652	81.997	(491)	(590)	(40.541)	920.027	1.160.281	(240.254)	920.027

¹Refere-se a um agrupamento de unidades geradoras de caixa oriundas de negócios adquiridos ao longo do tempo com objetivo de expansão regional, produtos e fortalecimento da marca.

²Integração das atividades desenvolvidas, complementando competências e criando uma operação diferenciada no mercado.

³Objetivo de expansão regional e produtos.

⁴Os valores acumulados de amortização apresentados referem-se à amortização fiscal do ágio realizada até dezembro de 2013, conforme permitido pelo Regime Tributário de Transição (RTT), em conformidade com a legislação vigente à época. A partir de 01 de janeiro de 2014, com a revogação do RTT pela Lei 12.973/2014, não houve novos reconhecimentos de amortização fiscal do ágio.

⁵Aquisições de negócios com objetivo de verticalização da operação.

A taxa anual de amortização de desenvolvimento de sistemas e licença de uso de softwares é de 20%.

12.1. Ágio (goodwill) na aquisição de investimentos

A Companhia avalia a recuperabilidade por meio da realização de testes de redução ao valor recuperável (nota 2.6.1 e (i)) para o ágio proveniente das aquisições de investimentos alocados às unidades geradoras de caixa (UGC's).

O último teste de *impairment*, foi empregada a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado (valor em uso) baseada na natureza da Unidade Geradora de Caixa (UGC), existência de controle financeiro e operacional, histórico e disponibilidade de projeções financeiras.

Premissas em 30 de novembro de 2024

Período de apuração:	5 anos e 1 mês, sendo de 01 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2029 e perpetuidade
Taxa de crescimento na perpetuidade:	3,6 a.a. baseada na taxa de inflação (IPCA) de longo prazo
Moeda de projeção:	R\$ nominais, considerando o efeito inflacionário
Taxa de desconto:	14,1% de acordo com a metodologia CAPM ¹
Premissas específicas:	(i) demonstrativos contábeis e gerenciais da UGC e da Odontoprev e (ii) informações gerenciais que incluem orçamento do grupo

Premissas macroeconômicas:	Descrição	2024P	2025P	2026P	2027P	2028P
	Variação do PIB	3,20%	2,00%	1,90%	2,00%	2,00%
	IGP-M	6,10%	4,50%	3,90%	3,80%	3,80%
	Inflação - IPCA	4,70%	4,30%	3,90%	3,70%	3,60%

¹CAPM - *Capital Asset Pricing Model* = modelo de precificação do ativo

A conclusão foi que o valor em uso obtido mediante aplicação destas premissas é superior ao valor contábil, portanto, não há indicativos de *impairment*.

13. Recursos próprios mínimos

A Companhia é uma operadora do segmento odontológico regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos. Devido a isto, os montantes e nomenclaturas apresentados nessa nota explicativa, seguem as normas contábeis da ANS, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 / IFRS 17, não aprovado por este regulador.

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN 569/2022.

(a) O capital base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência.

(b) O capital baseado em riscos (CBR) é a regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

(c) Capital Regulatório (CR) é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital.

(d) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.

(e) O risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

(f) O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas).

(g) O risco legal é a medida de incerteza relacionada a falta de um completo embasamento legal; é o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

(h) O risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia: cálculo de PMA, PLA, MS e CBR		
	31/12/2024	31/12/2023
Capital de referência	11.702	11.227
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	378	363
Patrimônio líquido contábil	1.285.651	1.431.211
Participações societárias em entidades reguladas	(4.166)	(4.388)
Despesas de comercialização diferidas	(22.604)	(34.627)
Despesas antecipadas	(7.571)	(4.239)
Intangível	(897.398)	(856.743)
Goodwill das participações indiretas	(14.532)	(14.532)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	339.380	516.682
Capital baseado em risco (CBR)²	296.780	303.470
Suficiência exigida (PLA ANS - CBR)	42.600	213.212

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 569/2022.

²O valor do CBR considera a utilização dos fatores reduzidos, nos termos do que fora definido no art. 6º da RN 569/2022.

14. Passivos de contratos de seguro e resseguro

(a) Passivo de contratos de seguro e resseguro

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo por Cobertura Remanescente (PAA)	(25.501)	(31.125)	(33.316)	(32.912)
Passivo por Cobertura Remanescente (BBA)	125.755	111.819	125.755	111.819
Passivo eventos incorridos	171.532	164.105	173.643	165.742
	271.786	244.799	266.082	244.649
Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	(25.501)	(31.125)	(33.316)	(32.912)
Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	297.287	275.924	299.398	277.561
	271.786	244.799	266.082	244.649

Odontoprev S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Cobertura remanescente para modelo geral (BBA)/

	Companhia e Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa de aquisição	3.228.525	2.928.531
Eventos e outras despesas diretamente atribuíveis	14.580.387	13.188.443
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	17.808.912	16.116.974
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(18.319.835)	(16.785.194)
Ajuste de risco para risco não financeiro	12.653	15.097
Margem contratual de serviço (CSM)	624.025	764.942
Montante incluído nas disposições dos contratos de seguro	125.755	111.819

(c) Realização da margem de cobertura de seguros

	Companhia e Consolidado						31/12/2024
	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Seguro Direto	160.172	118.698	89.823	70.422	55.488	129.422	624.025
Contratos de Seguro Emitidos	160.172	118.698	89.823	70.422	55.488	129.422	624.025

	Companhia e Consolidado						31/12/2023
	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Seguro Direto	167.505	150.522	111.377	86.264	67.830	181.444	764.942
Contratos de Seguro Emitidos	167.505	150.522	111.377	86.264	67.830	181.444	764.942

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Movimentação das reservas - cobertura remanescente

	Companhia				
	Passivos por Cobertura Remanescente (BBA)				Abordagem de alocação de prêmios (PAA)
	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Margem de cobertura de seguros (CSM)	Subtotal	
Saldo em 31/12/2022	(1.189.016)	17.788	1.320.209	148.981	(31.256)
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(257.624)	(5.221)	(221.761)	(484.606)	(1.573.502)
Contratos pelo método do valor justo	(137.673)	(1.628)	(91.385)	(230.686)	-
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(119.951)	(3.593)	(130.376)	(253.920)	-
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	(1.573.502)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	383.395	291	(480.828)	(97.142)	-
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	3.448.277	(49.846)	(3.439.884)	(41.453)	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	(56.912)	1.223	-	(55.689)	-
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(3.007.970)	48.914	2.959.056	-	-
Despesas de Seguros	108.869	-	-	108.869	132.722
Custos de aquisição	108.869	-	-	108.869	132.722
Despesas financeiras totais	(118.179)	2.239	147.322	31.382	-
Despesas financeiras de contratos de seguro	(118.179)	2.239	147.322	31.382	-
Fluxos de caixa	404.335	-	-	404.335	1.440.911
Prêmios recebidos	493.135	-	-	493.135	1.440.911
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(88.800)	-	-	(88.800)	-
Saldo em 31/12/2023	(668.220)	15.097	764.942	111.819	(31.125)
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(225.764)	(6.646)	(272.317)	(504.727)	(1.695.907)
Contratos pelo método do valor justo	(106.094)	(1.554)	(118.441)	(226.089)	-
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(119.670)	(5.092)	(153.876)	(278.638)	-
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	(1.695.907)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(67.614)	2.921	57.872	(6.821)	-
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	783.156	(26.189)	(792.479)	(35.512)	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	29.882	(1.191)	-	28.691	-
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(880.652)	30.301	850.351	-	-
Despesas de Seguros	95.618	-	-	95.618	167.330
Custos de aquisição	95.618	-	-	95.618	167.330
Despesas financeiras totais	(40.366)	1.281	73.528	34.443	-
Despesas financeiras de contratos de seguro	(40.366)	1.281	73.528	34.443	-
Fluxos de caixa	395.423	-	-	395.423	1.534.201
Prêmios recebidos	491.622	-	-	491.622	1.534.201
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(96.199)	-	-	(96.199)	-
Saldo em 31/12/2024	(510.923)	12.653	624.025	125.755	(25.501)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Passivos por Cobertura Remanescente (BBA)				Abordagem de alocação de prêmios (PAA)	TOTAL
	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Margem de cobertura de seguros (CSM)	Subtotal		
Saldo em 31/12/2022	(1.189.016)	17.788	1.320.209	148.981	(36.003)	112.978
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(257.624)	(5.221)	(221.761)	(484.606)	(1.599.088)	(2.083.694)
Contratos pelo método do valor justo	(137.673)	(1.628)	(91.385)	(230.686)	-	(230.686)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(119.951)	(3.593)	(130.376)	(253.920)	-	(253.920)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	(1.599.088)	(1.599.088)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	383.395	291	(480.828)	(97.142)	-	(97.142)
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	3.448.277	(49.846)	(3.439.884)	(41.453)	-	(41.453)
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	(56.912)	1.223	-	(55.689)	-	(55.689)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(3.007.970)	48.914	2.959.056	-	-	-
Despesas de Seguros	108.869	-	-	108.869	133.723	242.592
Custos de aquisição	108.869	-	-	108.869	133.723	242.592
Despesas financeiras totais	(118.179)	2.239	147.322	31.382	-	31.382
Despesas financeiras de contratos de seguro	(118.179)	2.239	147.322	31.382	-	31.382
Fluxos de caixa	404.335	-	-	404.335	1.468.456	1.872.791
Prêmios recebidos	493.135	-	-	493.135	1.468.456	1.961.591
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(88.800)	-	-	(88.800)	-	(88.800)
Saldo em 31/12/2023	(668.220)	15.097	764.942	111.819	(32.912)	78.907
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(225.764)	(6.646)	(272.317)	(504.727)	(1.738.279)	(2.243.006)
Contratos pelo método do valor justo	(106.094)	(1.554)	(118.441)	(226.089)	-	(226.089)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(119.670)	(5.092)	(153.876)	(278.638)	-	(278.638)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	(1.738.279)	(1.738.279)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(67.614)	2.921	57.872	(6.821)	-	(6.821)
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	783.156	(26.189)	(792.479)	(35.512)	-	(35.512)
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	29.882	(1.191)	-	28.691	-	28.691
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(880.652)	30.301	850.351	-	-	-
Despesas de Seguros	95.618	-	-	95.618	172.681	268.299
Custos de aquisição	95.618	-	-	95.618	172.681	268.299
Despesas financeiras totais	(40.366)	1.281	73.528	34.443	-	34.443
Despesas financeiras de contratos de seguro	(40.366)	1.281	73.528	34.443	-	34.443
Fluxos de caixa	395.423	-	-	395.423	1.565.194	1.960.617
Prêmios recebidos	491.622	-	-	491.622	1.565.194	2.056.816
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(96.199)	-	-	(96.199)	-	(96.199)
Saldo em 31/12/2024	(510.923)	12.653	624.025	125.755	(33.316)	92.439

(e) Movimentação das reservas – eventos incorridos

	Companhia						
	Passivo eventos incorridos - BBA			Passivo eventos incorridos - PAA			Total
	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	
Saldo em 31/12/2022	32.006	901	32.907	131.147	3.757	134.904	167.811
Despesas com prestação de seguros	67.027	382	67.409	675.366	4.525	679.891	747.300
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	290.814	8.790	299.604	1.483.148	47.024	1.530.172	1.829.776
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	(223.787)	(8.408)	(232.195)	(807.782)	(42.499)	(850.281)	(1.082.476)
Despesas financeiras de contratos de seguro	2.070	101	2.171	-	-	-	2.171
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	248	5	253	-	-	-	253
Fluxos de caixa	(82.156)	-	(82.156)	(671.274)	-	(671.274)	(753.430)
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(82.156)	-	(82.156)	(671.274)	-	(671.274)	(753.430)
Saldo em 31/12/2023	19.195	1.389	20.584	135.239	8.282	143.521	164.105
Despesas com prestação de seguros	75.482	(76)	75.406	686.799	2.636	689.435	764.841
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	228.775	10.597	239.372	1.494.424	70.961	1.565.385	1.804.757
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	(153.293)	(10.673)	(163.966)	(807.625)	(68.325)	(875.950)	(1.039.916)
Despesas financeiras de contratos de seguro	1.843	169	2.012	-	-	-	2.012
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	(4)	(1)	(5)	-	-	-	(5)
Fluxos de caixa	(81.327)	-	(81.327)	(678.094)	-	(678.094)	(759.421)
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(81.327)	-	(81.327)	(678.094)	-	(678.094)	(759.421)
Saldo em 31/12/2024	15.189	1.481	16.670	143.944	10.918	154.862	171.532

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						Total
	Passivo eventos incorridos - BBA			Passivo eventos incorridos - PAA			
	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	
Saldo em 31/12/2022	32.006	901	32.907	132.547	3.766	136.313	169.220
Despesas com prestação de seguros	67.027	382	67.409	665.912	4.525	670.437	737.846
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	290.814	8.790	299.604	1.473.694	47.024	1.520.718	1.820.322
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	(223.787)	(8.408)	(232.195)	(807.782)	(42.499)	(850.281)	(1.082.476)
Despesas financeiras de contratos de seguro	2.070	101	2.171	-	-	-	2.171
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	248	5	253	-	-	-	253
Fluxos de caixa	(82.156)	-	(82.156)	(661.592)	-	(661.592)	(743.748)
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(82.156)	-	(82.156)	(661.592)	-	(661.592)	(743.748)
Saldo em 31/12/2023	19.195	1.389	20.584	136.867	8.291	145.158	165.742
Despesas com prestação de seguros	75.482	(76)	75.406	679.204	2.636	681.840	757.246
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	228.775	10.597	239.372	1.486.829	70.961	1.557.790	1.797.162
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	(153.293)	(10.673)	(163.966)	(807.625)	(68.325)	(875.950)	(1.039.916)
Despesas financeiras de contratos de seguro	1.843	169	2.012	-	-	-	2.012
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	(4)	(1)	(5)	-	-	-	(5)
Fluxos de caixa	(81.327)	-	(81.327)	(670.025)	-	(670.025)	(751.352)
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(81.327)	-	(81.327)	(670.025)	-	(670.025)	(751.352)
Saldo em 31/12/2024	15.189	1.481	16.670	146.046	10.927	156.973	173.643

(f) Margem de cobertura de seguros

	Companhia e Consolidado		
	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	Total
Saldo em 31/12/2022	590.274	729.935	1.320.209
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(91.385)	(130.376)	(221.761)
Mudanças em relação ao serviço atual	(91.385)	(130.376)	(221.761)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	-	2.959.056	2.959.056
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(78.735)	(3.361.149)	(3.439.884)
Mudanças em relação ao serviço futuro	(78.735)	(402.093)	(480.828)
Resultado do Serviço de Seguros	(170.120)	(532.469)	(702.589)
Despesas financeiras de contratos de seguro	40.292	107.030	147.322
Saldo em 31/12/2023	460.446	304.496	764.942
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(118.441)	(153.876)	(272.317)
Mudanças em relação ao serviço atual	(118.441)	(153.876)	(272.317)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	-	850.351	850.351
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(29.295)	(763.184)	(792.479)
Mudanças em relação ao serviço futuro	(29.295)	87.167	57.872
Resultado do Serviço de Seguros	(147.736)	(66.709)	(214.445)
Despesas financeiras de contratos de seguro	36.634	36.894	73.528
Saldo em 31/12/2024	349.344	274.681	624.025

Odontoprev S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações fiscais

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social a pagar¹	15.952	4.344	16.735	4.590
IRPJ	10.827	2.954	11.406	3.109
CSLL	5.125	1.390	5.329	1.481
Demais obrigações fiscais federais	21.321	19.945	27.830	26.667
COFINS	5.303	4.637	5.749	5.078
PIS	862	754	950	849
PIS, COFINS e CSLL (PCC)	1.898	1.752	1.978	1.818
IRRF	8.770	6.328	9.274	6.752
IVA ²	-	-	2.937	2.560
Outras	9	9	359	447
Encargos a recolher (obrigações sociais)	4.479	6.465	6.583	9.163
Obrigações fiscais estaduais	-	-	-	148
Obrigações fiscais municipais³	30.924	28.999	31.549	29.569
	68.197	53.288	76.114	60.974
Passivo circulante	39.986	27.422	47.600	34.733
Passivo não circulante	28.211	25.866	28.514	26.241
	68.197	53.288	76.114	60.974

¹ A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro real anual recolhendo mensalmente por estimativa, apurado por balanço de suspensão e redução, por meio de antecipação de tributos. Esta modalidade está diretamente relacionada ao comportamento do resultado do período.

² Imposto sobre Valor Agregado proveniente da Controlada Odontored.

³ Refere-se principalmente, a ISS a recolher provenientes da Odonto System.

16. Outras contas a pagar

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões diversas	10.930	6.266	11.074	6.372
Suporte TI e atendimento	5.764	4.147	5.764	4.147
Telecomunicações	-	245	-	245
Serviços	3.416	1.572	3.560	1.676
Ações de Marketing	1.750	302	1.750	304
Adiantamentos de clientes	941	601	1.600	826
Investimentos a pagar (nota 17.4)	5.469	5.082	5.641	5.208
Recompra de ações a pagar (19.4)	2.419	-	2.419	-
Créditos a identificar¹	12.649	9.505	15.184	9.776
Receita a apropriar (CPC 47/IFRS 15)	-	-	2.777	2.433
Outros²	3.668	10.653	4.819	11.529
	36.076	32.107	43.514	36.144

¹Correspondem a valores recebidos de clientes ainda não identificados.

²Refere-se principalmente a receitas de contratos de pós-pagamento.

17. Passivo Não circulante

17.1. Provisões para ações judiciais

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para ações tributárias, trabalhistas e cíveis (nota 17.2)	39.016	33.884	43.074	36.966
Outras exigibilidades (nota 17.3)	14.767	16.063	15.351	16.683
Honorários a pagar	-	97	-	97
	53.783	50.044	58.425	53.746

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2. Provisões para ações tributárias, trabalhistas e cíveis

Movimentações	Companhia					
	Fiscal	Cíveis		Previdenciárias e trabalhistas	31/12/2024	31/12/2023
		ANS¹	Outros			
Saldo inicial	598	27.421	4.634	1.231	33.884	34.036
Constituição	2.235	7.850	22.103	1.322	33.510	26.719
Baixas (pagamentos/reversões)	(2.259)	(10.065)	(19.543)	(1.281)	(33.148)	(31.784)
Atualização monetária	97	4.402	239	32	4.770	4.913
Provisão	671	29.608	7.433	1.304	39.016	33.884
Quantidade de processos					1.227	830

¹Trata-se de Autos de Infrações lavrado pela ANS cujo objeto é o não pagamento de reembolso de tratamentos realizados em livre escolha por beneficiários vinculados a determinados produtos, mapeados e monitorados internamente.

Movimentações	Consolidado					
	Fiscal	Cíveis		Previdenciárias e trabalhistas	31/12/2024	31/12/2023
		ANS¹	Outros			
Saldo inicial	1.917	27.421	4.634	2.994	36.966	35.403
Saldo Aquisição Papaiz / Lúmax	-	-	-	-	-	1.045
Constituição	2.235	7.850	22.170	3.464	35.719	29.010
Baixas (pagamentos/reversões)	(2.284)	(10.065)	(19.597)	(2.512)	(34.458)	(34.288)
Atualização monetária	106	4.403	239	99	4.847	5.796
Provisão	1.974	29.609	7.446	4.045	43.074	36.966
Quantidade de processos					1.251	852

¹Trata-se de Autos de Infrações lavrado pela ANS cujo objeto é o não pagamento de reembolso de tratamentos realizados em livre escolha por beneficiários vinculados a determinados produtos, mapeados e monitorados internamente.

Em 31 de dezembro de 2024, os valores relativos as perdas possíveis não provisionadas na Companhia e suas Controladas totalizaram (i) R\$ 2.653 - 60 processos trabalhistas (R\$2.791 - 45 processos em 2023); (ii) R\$ 89.152 - 3.304 processos cíveis (R\$63.402 - 2.631 em 2023); e (iii) R\$ 73.756 - 50 processos tributários (R\$71.978 - 48 em 2023).

(a) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia e suas Controladas são parte em ações trabalhistas, sendo a grande maioria pedidos de: (i) reconhecimento de vínculo empregatício; (ii) equiparação salarial; (iii) horas extras; (iv) enquadramento sindical; e (v) indenizações.

(b) Cíveis

A Companhia e suas Controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto em sua maioria, é indenização por danos materiais e morais.

(c) Autos de infração - stock options

Em 31 de agosto de 2015, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração, a seguir resumidos, sob alegação de que a Companhia remunerou os Administradores e Empregados que estavam vinculados ao programa de outorga de opções de compra de ações exercidas nos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012.

(i) Autos de Infração referentes a contribuições previdenciárias relativas aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, acumuladas com juros de mora e multa de ofício, nos montantes atualizados em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 38.402 (contribuição da empresa e GILRAT/SAT) e R\$ 6.199 (terceiros). Impugnação apresentada, sobreveio Acórdão da 9ª Turma da DRJ/Ribeirão Preto - São Paulo, dando parcial provimento à impugnação, no sentido de reconhecer o caráter remuneratório. Mantido o crédito tributário lançado, com a exclusão da parcela do benefício correspondente às ações sujeitas ao *lock-up* da base de cálculo. Ambas as partes recorreram ao CARF.

Em outubro de 2019, a Companhia foi intimada da decisão do recurso, a qual não foi favorável, com reforma, inclusive, para reincluir a parcela referente ao *lock-up* anteriormente ganha. Ainda em outubro de 2019, a Companhia opôs Embargos de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Declaração, os quais não foram admitidos, tendo a Companhia tomado ciência de tal decisão em 17 de janeiro de 2020. Em janeiro de 2020, a Odontoprev interpôs recurso especial. Na sessão de julgamento de 16 março de 2024, a Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF"), não conheceu o recurso especial interposto. Em agosto de 2024, a Companhia opôs Embargos de Declaração em face de tal decisão, que não foram admitidos. Assim, o processo encontra-se encerrado desfavoravelmente e de forma definitiva na esfera administrativa.

Em 18 de novembro de 2024, a Companhia ajuizou a ação anulatória, em trâmite perante a 6ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal ("SJDF"). A tutela de urgência foi deferida para suspender a exigibilidade do crédito tributário constituído pelo auto de infração. Foi apresentada contestação pela União e réplica da Companhia. Ambas as partes manifestaram desinteresse na produção de prova. Aguarda-se sentença. Para esse caso, a probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda possível, em razão da jurisprudência judicial sobre o tema.

(ii) Multa isolada, em razão da suposta falta de retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), relativo aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, no valor total de R\$ 25.793 atualizados até 31 de dezembro de 2024. Impugnação apresentada, sobreveio Acórdão da 3ª Turma da DRJ/Ribeirão Preto – São Paulo, dando parcial provimento à impugnação, no sentido de reconhecer o caráter remuneratório. Mantido o crédito tributário lançado, com a exclusão da parcela do benefício correspondente às ações sujeitas ao *lock-up* da base de cálculo. Ambas as partes recorreram ao CARF.

Em outubro de 2019, a Companhia foi intimada da decisão do recurso, a qual não foi favorável, com reforma, inclusive, para reincluir a parcela referente ao *lock-up* anteriormente ganha. Ainda em outubro de 2019 a Companhia opôs Embargos de Declaração, o qual não foi admitido de modo que a Odontoprev apresentou recurso especial junto ao CARF em janeiro de 2020. Em dezembro de 2021, a Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF") reconheceu parcialmente o Recurso Especial interposto e negou provimento na parte conhecida. Em fevereiro de 2022, foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Assim, o processo encontra-se encerrado desfavoravelmente e de forma definitiva na esfera administrativa.

Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia ajuizou a ação anulatória, em trâmite perante a 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal ("SJDF"), com apresentação de seguro garantia. A tutela de urgência foi inicialmente indeferida em primeira instância, tendo sido interposto o Agravo de Instrumento, no qual foi deferida a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em discussão. Foi apresentada contestação pela União. Sobreveio sentença de procedência dos pedidos para anular o crédito tributário, determinar que o débito não seja impeditivo à emissão de certidão de regularidade fiscal e condenar a União ao pagamento de honorários sucumbenciais de 10% sobre o valor da causa.

A União opôs embargos de declaração tão somente para apontar omissão quanto ao percentual da condenação em honorários. Aguarda-se julgamento. Para esse caso, a probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda remota, em razão da jurisprudência judicial sobre o tema.

A Companhia, em atendimento à deliberação do Conselho de Administração na Reunião do Conselho da Administração, de 28 de março de 2017, contratou seguro de garantia judicial a fim de garantir e suportar obrigações em processos judiciais da Companhia e dos beneficiários do plano de opção de compra de ações aprovado em Assembleia Geral (que possuam ou venham a possuir bens arrolados ou que sejam necessários garantia para discussão judicial), em razão de procedimentos judiciais e administrativos iniciados por autoridades fiscais em virtude do exercício das opções pelos referidos beneficiários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.3. Outras exigibilidades

Trata-se de valores a pagar em decorrência de aquisição de controladas, algumas delas já incorporadas pela Companhia.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Papaiz ¹	-	-	584	620
Odonto System ²	9.523	9.512	9.523	9.512
Mogidonto	5.244	6.551	5.244	6.551
	14.767	16.063	15.351	16.683

¹Refere-se a aquisição da Lúmax pela Papaiz.

²Provisão para riscos potenciais de empresas adquiridas, em contrapartida a outros créditos a receber (nota 9.3).

17.4. Investimentos a pagar

Conforme contratos de compra e venda, para garantir a obrigação de indenizar das vendedoras, a Companhia mantém parcela de investimento a pagar: (i) Odonto System - decorrido o prazo de 5 anos, a Companhia detém a obrigação de indenizar até a efetiva data de pagamento da condenação ou liberação judicial definitiva, corrigidos pela taxa do CDI; (ii) Mogidonto - liquidação em 6 parcelas iguais na data de aniversário do contrato e (iii) Lúmax - liquidação em 5 parcelas corrigidas pela taxa CDI.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	8.645	20.719	9.271	20.727
(+) Aquisição da Lúmax pela Papaiz ¹	-	-	-	493
(-) Pagamento - Odonto System	-	(10.159)	-	(10.159)
(-) Pagamento - Lúmax	-	-	(112)	-
(+) Atualização monetária	387	1.395	444	1.528
(-) Combinação de negócio - Mogidonto e Boutique	(1.188)	(1.188)	(1.188)	(1.188)
(-) Baixa de contingências	-	(2.122)	-	(2.130)
	7.844	8.645	8.415	9.271
Passivo circulante	5.469	5.082	5.641	5.208
Passivo não circulante	2.375	3.563	2.774	4.063
	7.844	8.645	8.415	9.271

¹Controlada indireta adquirida em 01 de fevereiro de 2023.

18. Direito de uso e passivo de arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16

A Companhia e suas Controladas reconheceram passivos de arrendamentos relacionados aos aluguéis de imóveis e de equipamentos de acordo com as premissas do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos. Estes passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados a taxa adotada pela Companhia em suas projeções, em média de 11,58% (10,51% em 31 de dezembro de 2023) e em contrapartida foram reconhecidos como direito de uso no ativo. Os impactos totais mensurados estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Companhia		Consolidado	
	Classificação	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso	Ativo não circulante	17.453	16.821	36.906	40.823
Amortização acumulada	Ativo não circulante	(6.421)	(4.449)	(15.190)	(14.240)
Ativo		11.032	12.372	21.716	26.583
Passivo de arrendamento	Passivo circulante	2.792	2.716	8.592	9.502
Ajuste a valor presente (AVP)	Passivo circulante	(834)	(959)	(1.817)	(2.259)
		1.958	1.757	6.775	7.243
Passivo de arrendamento	Passivo não circulante	13.586	16.304	22.185	28.481
Ajuste a valor presente (AVP)	Passivo não circulante	(2.126)	(2.954)	(3.175)	(4.832)
		11.460	13.350	19.010	23.649
Passivo		13.418	15.107	25.785	30.892

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Companhia e Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	851.017
Número de ações ordinárias, sem valor nominal (qtd. ações)	552.495.663
Artigo 7º Estatuto - autorização para emissão de ações, sem reforma Estatutária (qtd. ações)	80.000.000
Cotação de fechamento: ODPV3 - B3 SA Brasil Bolsa Balcão (R\$/ação)	10,86
Valor patrimonial (R\$/ação)	2,33

19.2. Reservas de capital

Outras reservas de capital: ágio/deságio em transação de capital.

19.3. Reservas de lucros

Companhia e Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal	127.428
Reserva estatutária de capital regulatório	100.000
Reserva estatutária de investimentos e expansão	183.733
Reserva de incentivos fiscais	129
Dividendo adicional proposto	81.000
Reserva de primeira aplicação	-
492.290	561.679

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Reserva estatutária de capital regulatório: constituída pela Companhia, com a destinação de até 50% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade e objetivo atender a exigência de capital regulatório determinado pelo órgão regulador ANS, e que ficará limitada em conjunto com a "reserva de investimento e expansão" a 80% do capital social.

Reserva de investimentos e expansão: constituída pela Companhia, com a destinação de até 50% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, permitindo a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de *software* e *hardware*, investimentos em instalações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e equipamentos, aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada em conjunto com a “reserva estatutária de capital regulatório” a 80% do capital social.

Dividendo adicional proposto: corresponde a dividendos complementares acima do mínimo obrigatório.

Reserva de primeira aplicação: refere-se aos valores determinados na transição do CPC 50 / IFRS 17. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo foi destinado para reserva estatutária de investimentos e expansão.

19.4. Ações em tesouraria

A Companhia, oportunamente, realiza Programas de Recompra de Ações que, somados aos pagamentos regulares de juros sobre capital próprio e dividendos têm objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

Em reunião de 28 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou novo Programa de Recompra, o quarto desde 2021, no total de até 10 milhões de ações, representativo de 3,9% das ações em circulação no mercado, com prazo de até 18 meses com término em 29 de agosto de 2025, inclusive.

Até 31 de dezembro de 2024, as ações recompradas pelo Programa tiveram custo médio nominal ajustado a proventos de R\$10,66 por ação, totalizando R\$71.572, encerrando o período com 6.188.777 ações em Tesouraria.

19.5. Distribuição do resultado

	Companhia	
	31/12/2024	31/12/2023
(A) Lucro líquido do exercício	539.244	511.394
(B) Lucro líquido do exercício (diferença de pratica contábil)	(5.663)	25.160
Lucro líquido do exercício (desconsiderando CPC 50 / IFRS17) C = A + B	533.581	536.554
(D) (-) Reserva legal	(26.679)	(26.828)
Base de cálculo ajustada (desconsiderando CPC 50 / IFRS17) C + D	506.902	509.726
(%) Percentual dividendo mínimo conforme Estatuto	50	50
Dividendo mínimo obrigatório	253.451	254.863
Dividendos intercalares	281.905	-
Juros sobre capital próprio a serem considerados nos dividendos mínimos obrigatórios:	71.601	70.102
Valor bruto	84.236	82.473
Imposto de renda	(12.635)	(12.371)
Dividendo complementar acima do mínimo obrigatório	-	184.761
Dividendo adicional proposto	81.000	242.492
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	447.141	509.726
Destinação:		
Constituição de reserva de investimento e expansão	59.761	-

A Companhia é uma operadora do segmento odontológico regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos (vide nota 13). Devido a isto, a base de cálculo para as destinações de lucros, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto, segue as normas contábeis da ANS, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 / IFRS 17, não aprovado por este regulador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.6. Deliberações

Companhia						
Deliberação				Data do pagamento	Competência	
Aprovação	Tipo	Data	Provento por ação (R\$)		31/12/2024	31/12/2023
RCA	Juros sobre capital próprio	14/03/2023	0,03844	19/12/2023	-	21.239
RCA	Juros sobre capital próprio	26/06/2023	0,03821	19/12/2023	-	21.110
RCA	Juros sobre capital próprio	19/09/2023	0,03718	19/12/2023	-	20.544
RCA	Juros sobre capital próprio	13/12/2023	0,03544	16/02/2024	-	19.580
RCA	Juros sobre capital próprio	27/03/2024	0,04137	21/08/2024	22.779	-
RCA	Juros sobre capital próprio	17/06/2024	0,03953	29/01/2025	21.642	-
RCA	Juros sobre capital próprio	26/09/2024	0,03360	03/04/2025	18.392	-
RCA	Juros sobre capital próprio	17/12/2024	0,03919	10/12/2025	21.423	-
Juros sobre capital próprio					84.236	82.473
RCA	Dividendos	07/05/2024	0,13333	18/12/2024	73.000	-
RCA	Dividendos	06/08/2024	0,15615	03/04/2025	85.478	-
RCA	Dividendos	06/08/2024	0,22567	03/04/2025	123.427	-
Dividendos intercalares					281.905	-
AGO	Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	28/02/2024	0,33633	21/08/2024	-	184.761
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório					-	184.761
AGO	Dividendo adicional proposto	28/02/2024	0,02774	21/08/2024	-	15.239
AGO	Dividendo adicional proposto	28/02/2024	0,41368	18/12/2024	-	227.253
AGO	Dividendo adicional proposto	26/02/2025	0,14840	10/12/2025 ¹	81.000	-
Dividendo adicional					81.000	242.492
Total de proventos deliberados					447.141	509.726

RCA = Reunião do Conselho de Administração.

AGO = Assembleia Geral Ordinária.

¹Caso aprovado em AGO, será pago em 10 de dezembro de 2025.

20. Segmentos operacionais

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

- (a) Corporativo: clientes acima de 200 beneficiários;
- (b) PME: clientes entre 3 e 199 beneficiários;
- (c) Individual: planos mensais e anuais comercializados às pessoas físicas; e
- (d) Outros: segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia sendo: (i) atendimento odontológico em consultórios próprios (Clidec e Boutique Dental); (ii) serviços administrativos e consultivos prestados (Odontoprev Serviços e Oprev); (iii) aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada (Dental Partner); (iv) desenvolvimento de programas de computação (Easy) e (v) seguros saúde (Odontored); e (vi) diagnóstico por imagem (Papaiz e Lúmax).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Margem de contribuição - Consolidado										
	CORPORATIVO		PME		INDIVIDUAL		OUTROS		TOTAL	
	Exercício findo em		Exercício findo em		Exercício findo em		Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de seguros (Premium Allocation Approach - PAA)	1.203.949	1.109.288	491.958	464.214	-	-	42.372	25.586	1.738.279	1.599.088
Receita de seguros (Building Block Approach - BBA)	-	-	-	-	504.727	484.606	-	-	504.727	484.606
Receita de seguros e resseguros	1.203.949	1.109.288	491.958	464.214	504.727	484.606	42.372	25.586	2.243.006	2.083.694
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	52.665	51.555	52.665	51.555
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	(14.479)	(16.582)	(14.479)	(16.582)
Receita de vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	38.186	34.973	38.186	34.973
RECEITA DE VENDAS	1.203.949	1.109.288	491.958	464.214	504.727	484.606	80.558	60.559	2.281.192	2.118.667
Eventos ocorridos	(617.074)	(632.410)	(53.356)	(29.875)	(75.407)	(67.409)	(11.409)	(8.152)	(757.246)	(737.846)
Custos de aquisição	(92.711)	(80.581)	(61.459)	(51.611)	(108.732)	(109.351)	(5.397)	(1.049)	(268.299)	(242.592)
Despesas com tributos	(50.496)	(45.085)	(25.603)	(23.657)	(27.731)	(28.604)	-	-	(103.830)	(97.346)
RESULTADO OPERACIONAL	443.668	351.212	351.540	359.071	292.857	279.242	63.752	51.358	1.151.817	1.040.883
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	443.668	351.212	351.540	359.071	292.857	279.242	63.752	51.358	1.151.817	1.040.883
Receita de vendas (%)	53,7	53,2	21,9	22,3	22,5	23,3	3,6	2,9	100,0	100,0
Margem x receita de vendas (%)	36,9	31,7	71,5	77,4	58,0	57,6	79,1	84,8	50,5	49,1
Distribuição margem x total/segmento (%)	38,5	33,7	30,5	34,5	25,4	26,8	5,5	4,9	100,0	100,0

21. Receita de vendas

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contraprestações atribuídas ao período PAA (Premium Allocation Approach)	1.695.907	1.573.502	1.738.279	1.599.088
Receitas referentes a contratos BBA (Building Block Approach)	130.927	150.129	130.927	150.129
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro	6.646	5.220	6.646	5.220
CSM reconhecido pelos serviços prestados	272.317	221.762	272.317	221.762
Recuperação de fluxo de caixa de aquisição	94.837	107.495	94.837	107.495
Receita de seguros e resseguros	2.200.634	2.058.108	2.243.006	2.083.694
Venda de bens e serviços	-	-	52.665	51.555
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	(14.479)	(16.582)
	2.200.634	2.058.108	2.281.192	2.118.667

22. Despesas de seguros

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Eventos ocorridos	(764.841)	(747.300)	(757.246)	(737.846)
Custos de aquisição	(262.948)	(241.591)	(268.299)	(242.592)
Despesas com tributos	(103.830)	(97.346)	(103.830)	(97.346)
Despesas administrativas	(368.221)	(344.459)	(368.767)	(344.868)
	(1.499.840)	(1.430.696)	(1.498.142)	(1.422.652)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado financeiro

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de aplicações financeiras	110.691	85.394	114.128	90.587
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	1.343	6.066	1.363	6.429
Atualização Monetária - TSS a recuperar ¹	-	18.843	-	18.843
Atualização monetária sobre créditos tributários ²	6.542	3.188	6.755	3.188
Juros por recebimento em atraso ³	3.404	3.434	3.411	3.441
Outras	6.295	2.835	7.808	3.704
Receitas financeiras	128.275	119.760	133.465	126.192
Tarifas bancárias	(4.873)	(4.305)	(4.963)	(4.421)
Ajuste a valor presente (AVP) - passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(956)	(1.050)	(2.321)	(2.846)
Atualização monetária das provisões para contingências judiciais	(5.664)	(8.987)	(5.737)	(10.273)
Atualização monetária devolução INSS ⁴	-	9.465	-	9.465
Atualização monetária investimento a pagar	(387)	(1.395)	(444)	(1.528)
Descontos concedidos	(1.404)	(958)	(1.630)	(962)
Acreditação de juros (CPC 50 / IFRS 17)	(36.455)	(33.553)	(36.455)	(33.553)
Outras despesas financeiras	(3.543)	(2.475)	(5.771)	(3.733)
Despesas financeiras	(53.282)	(43.258)	(57.321)	(47.851)
	74.993	76.502	76.144	78.341

¹ Em agosto de 2023 houve reconhecimento da recuperação dos valores pagos da taxa de saúde suplementar - TSS. Vide nota 9.

² Atualização de créditos de INSS Patronal, no qual a Odontoprev (que incorporou a Rede Dental) obteve êxito no processo judicial, que transitou em julgado, e garantiu o direito de compensar as contribuições previdenciárias recolhidas indevidamente pela Rede Dental sobre os pagamentos realizados aos dentistas pessoas físicas entre os períodos de outubro de 2007 a outubro de 2019 (período pós aquisição pela Odontoprev).

³ Refere-se, principalmente a reconhecimento de juros dos planos individuais/familiares.

⁴ Refere-se a valores a serem ressarcidos aos clientes devido ao êxito obtido no processo judicial relativo ao INSS. Em março de 2023, houve a reversão da provisão dos valores prescritos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Cálculo do IRPJ/CSLL

Efeito (CPC 50 / IFRS 17) antes de IRPJ e CSLL
 Base de cálculo IRPJ e CSLL

(x) Alíquota vigente (%)

Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente

Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:

Equivalência patrimonial
 Provisão para ações judiciais (nota 17.1)
 Provisões diversas
 Amortização do ágio
 Participações no resultado
 Juros sobre capital próprio
 Ajustes lei 12.973/14
 Outras
 Efeito (CPC 50 / IFRS 17)

Despesa de IRPJ e CSLL Corrente

PAT 2018 e 2019

Inovação Tecnológica

Despesa de IRPJ e CSLL total

Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferidos

Receita de IRPJ e CSLL diferidos (CPC 50 / IFRS 17)

Despesa de IRPJ e CSLL total

Alíquota efetiva

Companhia		Consolidado	
Exercício findo em		Exercício findo em	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
7.016	(36.317)	8.171	(38.247)
746.227	754.767	755.206	762.639
753.243	718.450	763.377	724.392
34	34	34	34
(256.103)	(244.273)	(259.548)	(246.293)
5.740	4.353	2.039	1.068
(1.747)	59	(1.957)	(248)
(10.274)	3.774	(10.305)	3.731
2.184	12.097	2.184	12.097
(647)	-	(704)	-
28.640	28.041	28.640	28.041
118	(139)	137	(119)
(1.910)	343	(4.632)	(2.515)
2.385	(12.332)	2.778	(13.080)
(231.614)	(208.077)	(241.368)	(217.318)
-	1.402	-	1.402
10.166	7.695	10.166	7.695
(221.448)	(198.980)	(231.202)	(208.221)
8.802	(19.233)	9.466	(17.668)
(1.353)	11.157	(2.508)	13.087
(213.999)	(207.056)	(224.244)	(212.802)
28,4%	28,8%	29,4%	29,4%

25. Lucro por ação – básico e diluído

Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)

Ações ordinárias (em milhares)

Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)

Quantidade média ponderada de ações para o lucro básico e diluído por ação

Lucro básico e diluído por ação (R\$)

Exercício findo em	
31/12/2024	31/12/2023
539.244	511.394
546.756	552.496
546.756	552.496
0,98626	0,92561

26. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Exercício findo em		Exercício findo em	
Operações da Companhia com suas Controladas, Coligadas e pessoal-chave da administração (nota 1)	Classificação Natureza	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Receita	Despesa
DentalPartner	Vendas de Bens e Serviços Materiais odontológicos	76	-	73	-	3.570	-	9.887	-
Odontoprev	Despesas de Seguros Serviços administrativos	-	76	-	73	-	(77.016)	-	(77.770)
OdontoprevServiços	Vendas de Bens e Serviços Assessoria comercial	717	-	735	-	63.818	-	68.646	-
OdontoprevServiços	Despesas administrativas Salários e encargos	-	-	-	-	-	(47)	-	(40)
BrasilDental	Despesas de Seguros Serviços administrativos	-	726	-	744	-	(10.206)	-	(9.890)
Odontoprev	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	102	-	86	-
Odontoprev	Receita de Seguros Corresponsabilidade assumida/cedida	4.346	-	4.331	-	51.762	-	53.502	-
Odontoprev	Outras receitas operacionais Receitas de assistência à saúde	9	-	9	-	173	-	162	-
BrasilDental	Receita de Seguros Corresponsabilidade assumida/cedida	-	4.346	-	4.331	-	(51.762)	-	(53.502)
Clidec	Despesas administrativas Salários e encargos	-	-	-	-	-	(50)	-	(43)
Clidec	Vendas de Bens e Serviços Serviços clínicos odontológicos	-	-	-	-	29.719	-	26.451	-
Boutique Dental	Vendas de Bens e Serviços Serviços clínicos odontológicos	-	-	-	-	5.603	-	4.725	-
Papaiz	Vendas de Bens e Serviços Serviços radiológicos	-	-	-	-	6.371	-	4.917	-
Lúmax	Vendas de Bens e Serviços Serviços radiológicos	-	-	-	-	67	-	-	-
Odontoprev	Despesas de Seguros Serviços odontológicos	-	-	-	-	-	(18.458)	-	(17.197)
Odontoprev	Despesas de Seguros Materiais odontológicos	-	-	-	-	-	(3.548)	-	(9.397)
Clidec	Demais custos operacionais Materiais odontológicos	-	-	-	-	-	(22)	-	(464)
Boutique Dental	Demais custos operacionais Materiais odontológicos	-	-	-	-	-	-	-	(26)
Easy	Despesas administrativas Salários e encargos	-	-	-	-	-	(76)	-	(47)
MaChiron	Intangível Desenvolvimento de sistemas	2.056	-	1.548	-	-	-	-	-
Pessoal-chave da administração	Despesas de Seguros Eventos ocorridos	-	-	-	-	-	(5)	-	-
Pessoal-chave da administração	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	2	-	-	-
Total		7.204	5.148	6.696	5.148	161.187	(161.190)	168.376	(168.376)

A Companhia e suas Controladas mantém operações com empresas da Organização Bradesco, da qual a Bradesco Saúde, acionista da Odontoprev faz parte:

Consolidado - Exercício findo em:									
Empresas relacionadas com Banco Bradesco	Classificação Natureza	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Alelo S.A.	Despesas de Seguros Benefícios a funcionários	-	33	-	10	-	(5.435)	-	(5.019)
Banco Bradescard S.A.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	29	11	-	-	-	(3.681)	-	(3.880)
Banco Bradesco S.A.	Conta corrente	6.713	-	1.069	-	-	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	Aplicação financeira	887.225	-	967.959	-	110.253	-	82.747	-
Banco Bradesco S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	10	-	-	-	50.309	-	51.158	-
Banco Bradesco S.A.	Despesas com Seguros Viagens e estadias - diretoria e funcionários	-	-	-	179	-	(2.119)	-	(2.163)
Banco Bradesco S.A.	Despesas Financeiras Escrituração de ações	-	-	-	-	-	(229)	-	(278)
Banco Bradesco S.A.	Despesas de Seguros Aluguéis sucursais	-	-	-	-	-	(262)	-	(288)
Banco Bradesco S.A.	Despesas Financeiras Administração de aplicações	-	-	-	-	-	(439)	-	(363)
Banco Bradesco S.A.	Despesas Financeiras Tarifa bancária	-	-	-	-	-	(3.732)	-	(3.229)
Bradesco S/A Corretora De Títulos E Valores Mobiliários	Despesas de Seguros Custo de aquisição	-	2.419	-	-	-	(9)	-	-
Bradesco Capitalização S.A.	Títulos de capitalização	4.360	-	4.353	-	-	-	-	-
Bradesco Saúde S.A.	Despesas de Seguros Assistência médica - funcionários	-	-	-	-	-	(17.341)	-	(18.953)
Bradesco Saúde S.A.	Dividendos e JCP	-	142.994	-	108.076	-	-	-	-
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Despesas de Seguros Previdência privada - funcionários	-	-	-	119	-	(1.628)	-	(350)
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Despesas de Seguros Seguro de vida - funcionários	-	-	-	6	-	(483)	-	(489)
Bradescor Corretora De Seguros Ltda.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	74	1.594	-	6	-	(1.484)	-	(99)
Bradseg Promotora de Vendas S.A.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	334	8.323	-	-	-	(31.405)	-	(25.912)
Braspag - Tecnologia em Pagamento Ltda.	Despesas de Seguros Serviços financeiros	-	-	-	-	-	(333)	-	(65)
Brésia Empreendimentos E Participações Ltda.	Despesas de Seguros Aluguéis sucursais	-	-	-	-	21	-	19	-
Bsp Empreendimento Imobiliário D166 Ltda.	Despesas de Seguros Aluguéis sucursais	-	-	-	-	-	(69)	-	(67)
Bsp Park Estacionamentos E Participações S.A.	Despesas de Seguros Estacionamento	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)
Mediservice	Outras Receitas Operacionais Taxa de administração	-	-	-	-	293	-	252	-
Santecorp Holding Ltda	Despesas de Seguros Serviços médicos/ambulatoriais	-	-	-	-	14	(466)	9	(457)
Stelo S.A.	Outras Receitas Operacionais Taxa de administração	-	-	-	-	-	-	-	(175)
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Despesas de Seguros Seguro garantia judicial	-	-	-	-	-	(297)	-	(231)
Banco Digio S.A.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	1	8	-	-	-	(21)	-	-
Fleury CPMA	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	53	-	11	-
Fleury S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	2.843	-	1.965	-
Instituto De Radiologia De Natal Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	40	-	25	-
Centro De Patologia Clínica Ltda.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	7	-	5	-
Saúde Newco Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	5	-	7	-
Methodos Laboratório, Análises Clínicas E Hematologia Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	22	-	20	-
Genesis Análises Genômicas S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	39	-	-	-
Instituto Hermes Pardini S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	653	-	354	-
Laboratório Padrão S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	71	-	33	-
Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	2	-	1	-
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	16	-	5	-
Pardis Pardini Distribuidora Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	1	-	-	-
Laboratório De Patologia Clínica Drº Paulo C. De Azevedo	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	81	-	42	-
Instituto De Análises Clínicas De Santos	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	47	-	24	-
Anatomia Patológica Hugo Silviano Branda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	3	-	2	-
Haitong Banco De Investimentos Do Brasil S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	157	-	155	-
Pessoal-chave da administração	Despesas de Seguros Custo de aquisição	5	-	-	-	-	(3)	-	(1)
Pessoal-chave da administração	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	4	-	2	-
Pessoal-chave da administração	Despesas com Seguros Despesas administrativas	-	-	-	-	-	(1.244)	-	(238)
Pessoal-chave da administração	Despesas de Seguros Eventos ocorridos	-	-	-	-	-	(13)	-	(26)
Pessoal-chave da administração	Despesas de Seguros Consultoria	-	-	-	-	-	(4)	-	-
		898.751	155.382	973.381	108.396	164.934	(70.703)	136.836	(62.289)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia contratou seguro de garantia judicial relacionado aos autos de infração de *Stock Options* (nota 17.2 (c)), nos quais tais apólices foram contratadas junto à Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (Swiss Re Brasil) que mantém um investimento com a Bradesco Seguros S.A. (Bradesco Seguros).

A Companhia e suas Controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e Administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2024, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de R\$29.271 (R\$29.574 em 31 de dezembro de 2023) e R\$34.247 (R\$34.294 em 31 de dezembro de 2023) na Companhia e no Consolidado.

A Companhia implementou em 2019 o Programa de Incentivo de Longo Prazo (Programa ILP), o qual estabelece os critérios para o pagamento de bônus em dinheiro, correspondente a múltiplos de salários, a ser feito pela Companhia e suas Controladas aos beneficiários elegíveis após o período de apuração, desde que cumpridas as metas e condições estabelecidas nos termos e para as finalidades.

O período de apuração corresponde a 3 anos e o pagamento fica condicionado ao atingimento de metas de *performance* corporativa pré-estabelecidas pelo Conselho de Administração e à condição de serviço.

Em 31 de dezembro de 2024 foram apropriados no resultado do período, os montantes de R\$20.417 e R\$22.130 na Companhia e no Consolidado respectivamente (R\$19.669 e R\$20.878 em 31 de dezembro de 2023).

O programa de opção de compra de ações (*stock options*) segue vigente, na forma como aprovado em Assembleia de Acionistas, tendo a última outorga sido efetuada em 2016.

A remuneração anual fixa atribuída aos Conselhos de Administração e Fiscal e a fixa/variável atribuída à Diretoria Estatutária encontram-se no quadro a seguir:

	Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023
Diretoria Estatutária	24.191	26.219
Pró-labore	6.106	6.829
Benefícios	798	841
Previdência privada	331	-
Bônus	10.127	11.189
ILP	6.829	7.360
Conselho de Administração	3.714	3.580
Pró-labore	3.714	3.580
Conselho Fiscal	522	522
Pró-labore	522	522
	28.427	30.321

Os Conselhos de Administração e Fiscal e os Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas incluem membros do Grupo Bradesco.

A Companhia não é patrocinadora de benefício pós-emprego (com exceção de plano de previdência complementar) ou de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**27. Eventos subsequentes****(i) Incorporação Clidec Participações e Lúmax**

Em 02 de janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a incorporação das controladas indiretas Clidec Participações e Lúmax, pela empresa Papaiz, ambas controladas indiretas da Companhia. Esta operação visa otimizar a estrutura corporativa, promovendo sinergias operacionais e financeiras. Essa operação não trouxe impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) Lei Complementar 214 de 16 de janeiro de 2025

Em 16 de janeiro de 2025 foi instituído o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) a nível estadual/municipal e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) a nível federal, unificando, a partir de 2033, cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — em uma cobrança única. A Companhia está se planejando para avaliar os impactos e ações necessárias desta norma.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Odontoprev S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Odontoprev S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração dos contratos de seguros

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 2.2 e 14, a Companhia emite contratos de seguros.

Para mensurar os saldos contábeis dos contratos de seguros, a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na seleção das metodologias e definição de premissas utilizadas na mensuração do fluxo de caixa de cumprimento, que incluem taxas de desconto, ajustes ao risco não financeiro, expectativa de sinistros e permanência dos beneficiários.

Consideramos a mensuração dos saldos contábeis dos contratos de seguros como um principal assunto de auditoria em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das metodologias e premissas atuariais utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de seguro que, se alteradas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses saldos contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

Teste do desenho e da efetividade operacional dos controles internos relacionados à mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação das metodologias e definição e aplicação das premissas utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, que incluem taxas de desconto, ajustes ao risco não financeiro, expectativa de sinistros e permanência dos beneficiários;

Envolvemos profissionais com conhecimentos específicos atuariais que nos auxiliaram, com base em amostragem selecionada: (i) na avaliação das metodologias de mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, cálculo das taxas de desconto e dos ajustes ao risco não financeiro, em relação aos requisitos da prática contábil aplicável, bem como na avaliação das metodologias utilizadas pela Companhia em relação a modelos de mensuração conhecidos e aplicáveis; e (ii) na avaliação das premissas relacionadas à expectativa de sinistros, permanência dos beneficiários, taxas de desconto e ajuste ao risco não financeiro, por meio de comparação com dados externos, recálculos independentes e testes de sensibilidade e de revisão retrospectiva dessas premissas.



Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Conforme mencionado nas notas explicativas 2.6.1 (e) (i) e 12.1, a Companhia possui ágios decorrentes de aquisições de investimentos. A Companhia realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente, ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, a Companhia estimou valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, cuja mensuração está fundamentada em projeções futuras baseadas no plano de negócios e no orçamento, preparados pela Companhia baseado em dados históricos, premissas econômicas e de negócios, principalmente a expectativa de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, para cada Unidade Geradora de Caixa.

Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, e ao potencial impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

Teste do desenho e da efetividade operacional dos controles internos relacionados ao processo de desenvolvimento e aprovação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, utilizadas na avaliação dos estudos de recuperabilidade elaborados pela Companhia;

Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na: (i) avaliação das premissas utilizadas, tais como crescimento da base de beneficiários e período de projeção dos fluxos de caixa, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (ii) avaliação da taxa de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxa de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis; (iii) avaliação da precisão matemática dos cálculos do valor presente; e

Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos



Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogério Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0

ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Odontoprev S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 26 de fevereiro de 2025, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2025

Ivan Maluf Junior

Vanderlei Dominguez da Rosa

Sérgio Moreno



ODONTOPREV S.A.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em **01 de abril de 2025** ("AGO")

(art. 10º, § único, II, da Resolução CVM 81, 29 de março de 2022, alterada pela Resolução CVM 204, de 04 de junho de 2024)

Senhores Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. (Companhia ou Odontoprev) vem submeter, para exame e deliberação na AGO da Companhia, a proposta de **destinação do lucro líquido do exercício e ratificação do montante de juros sobre o capital próprio e dividendos distribuídos conforme segue (detalhados no anexo I):**

Considerando que a Companhia obteve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, lucro líquido de R\$533.580.609,90 (quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta mil, seiscentos e nove reais e noventa centavos), de acordo com as práticas contábeis aprovadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), propomos que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma:

- i) R\$26.679.030,50 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trinta reais e cinquenta centavos) para a conta "reservas de lucros - reserva legal";
- ii) R\$22.779.011,17 (vinte e dois milhões, setecentos e setenta e nove mil, onze reais e dezessete centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 27 de março de 2024 e pagos em 21 de agosto de 2024;
- iii) R\$21.641.858,23 (vinte e um milhões, seiscentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 17 de junho de 2024 e pagos em 29 de janeiro de 2025;
- iv) R\$18.392.010,96 (dezoito milhões, trezentos e noventa e dois mil, dez reais e noventa e seis centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 26 de setembro de 2024 e serão pagos em 03 de abril de 2025;
- v) R\$21.423.454,59 (vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 17 de dezembro de 2024 e serão pagos em 10 de dezembro de 2025;
- vi) R\$73.000.000,00 (setenta e três milhões) referentes a dividendos intercalares, que foram declarados em 07 de maio de 2024 e pagos em 18 de dezembro de 2024;
- vii) R\$85.478.453,22 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e dois centavos) referentes a dividendos intercalares, que foram declarados em 06 de agosto de 2024 e serão pagos em 03 de abril de 2025;

- viii) R\$123.426.853,57 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos) referentes a dividendos intercalares, que foram declarados em 05 de novembro de 2024 e serão pagos em 03 de abril de 2025;
- ix) R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões) referente a dividendo complementar a ser submetido à aprovação na AGO e, caso aprovado, será pago em 10 de dezembro de 2025; e
- x) R\$59.759.937,66 (cinquenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) será retido junto à reserva de investimentos e expansão, conforme artigo 28, parágrafos 3º (d) do Estatuto.

* * *

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO RELATIVO AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

Senhores Acionistas,

Conforme capítulo IV, artigo 28, parágrafo 3º do Estatuto Social vigente, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) para formação da **reserva legal**, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;

(b) pagamento de **dividendo obrigatório**, observado o disposto no artigo 29 do Estatuto e a Lei nº 6.404/1976;

Artigo 29 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro do exercício, com os seguintes ajustes:

(i) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

(ii) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

(c) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, para a formação da “**reserva estatutária de capital regulatório**”, que tem por finalidade e objetivo atender a exigência de capital regulatório relacionado à margem de solvência à qual a Companhia está sujeita, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item “d” abaixo e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social;

(d) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, para a formação da “**reserva de investimentos e expansão**”, que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com vistas a permitir à Companhia a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de software e hardware, investimentos em instalações e equipamentos e aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item “c” acima e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social; e

(e) distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios ou retenção, com base em orçamento de capital devidamente aprovado pela Assembleia Geral, observadas as condições da lei nº 6.404/1976.

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, a Administração da Companhia propõe a V. S^{as}. a destinação do lucro líquido do exercício de 2024, no valor de R\$533.580.609,90 (quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta mil, seiscentos e nove reais e noventa centavos).

1 - RESERVA LEGAL

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/1976, torna-se necessária a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, limitado à 20% do capital, à constituição da reserva legal, no valor de R\$26.679.030,50 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trinta reais e cinquenta centavos).

2 – JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Juros sobre capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 27 de março de 2024, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 01 de abril de 2024, no montante de R\$22.779.011,17 (vinte e dois milhões, setecentos e setenta e nove mil, onze reais e dezessete centavos), correspondentes a R\$ 0,0413681660 por ação, os quais foram declarados em 27 de março de 2024 e pagos em 21 de agosto de 2024. O montante líquido de imposto de renda na fonte equivale a R\$19.362.159,49 (dezenove milhões, trezentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos), correspondentes a R\$ 0,0351629420 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 17 de junho de 2024, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 24 de junho de 2024, no montante de R\$21.641.858,23 (vinte e um milhões, seiscentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos), correspondentes a R\$ 0,039533811 por ação, os quais foram declarados em 17 de junho de 2024 e pagos em 29 de janeiro de 2025. O montante líquido equivale a R\$18.395.579,50 (dezoito milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), correspondentes a R\$ 0,033603739 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 26 de setembro de 2024, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 01 de outubro de 2024, no montante de R\$18.392.010,96 (dezoito milhões, trezentos e noventa e dois mil, dez reais e noventa e seis centavos), correspondentes a R\$ 0,033597221 por ação, os quais foram declarados em 26 de setembro de 2024 e serão pagos em 03 de abril de 2025. O montante líquido de imposto de renda na fonte equivale a R\$15.633.209,32 (quinze milhões, seiscentos e trinta e três mil, duzentos e nove reais e trinta e dois centavos), correspondentes a R\$ 0,028557637 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 17 de dezembro de 2024, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 20 de dezembro de 2024, no montante de R\$21.423.454,59 (vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), correspondentes a R\$ 0,039185109 por ação, os quais foram declarados em 17 de dezembro de 2024 e serão pagos em 10 de dezembro de 2025. O montante líquido de

imposto de renda na fonte equivale a R\$18.209.936,40 (dezoito milhões, duzentos e nove mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), correspondentes a R\$ 0,033307343 por ação.

Dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 07 de maio de 2024, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de dividendos intercalares aos detentores de ações de emissão da Companhia em 15 de maio de 2024, no montante de R\$73.000.000,00 (setenta e três milhões), correspondentes a R\$ 0,133326134 por ação, os quais foram declarados em 07 de maio de 2024 e pagos em 18 de dezembro de 2024.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 06 de agosto de 2024, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de dividendos intercalares aos detentores de ações de emissão da Companhia em 23 de agosto de 2024, no montante de R\$85.478.453,22 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e dois centavos), correspondentes a R\$ 0,156145973 por ação, os quais foram declarados em 06 de agosto de 2024 e serão pagos em 03 de abril de 2025.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 05 de novembro de 2024, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de dividendos intercalares aos detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de novembro de 2024, no montante de R\$123.426.853,57 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos), correspondentes a R\$ 0,22567288 por ação, os quais foram declarados em 05 de novembro de 2024 e serão pagos em 03 de abril de 2025.

Em RCA realizada em 26 de fevereiro de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram a proposta a ser submetida à AGO de pagamento de dividendos complementares de R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões), correspondentes a R\$ 0,148399134 por ação (o valor por ação considera saldo de tesouraria de 26/02/2025, e poderá ser alterado em função do programa de recompra de ações em vigor), os quais, se aprovados, serão pagos em 10 de dezembro de 2025.

3 – RETENÇÃO DE LUCROS

Em 31 de dezembro de 2024, propomos que o saldo remanescente de R\$59.759.937,66 (cinquenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) seja destinado à constituição da reserva de investimentos e expansão, conforme artigo 28, parágrafo 3º (d) do Estatuto.

4 – QUADRO RESUMO DOS ITENS 1 A 3

Data										R\$
	Aprovação por	% ou R\$ por ação bruto	Deliberação	Detentores	Constituição (C) /Pagamento (P)	Lucros acumulados	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Reserva estatutária de capital regulatório	Reserva de investimentos e expansão
31 de dezembro de 2023							100.748.792,73	242.492.319,71	100.000.000,00	171.845.232,33
Dividendo adicional proposto 2023						-	-	(242.492.319,71)	-	-
Lucro líquido do exercício (LL) 2024						533.580.609,90	-	-	-	-
Proposta de destinação do lucro:						(533.580.609,90)	26.679.030,50	81.000.000,00	-	59.759.937,66
Reserva legal	Estatuto Social	5% (limitado a 20% capital social)	31/12/2024	-	31/12/2024 (C)	(26.679.030,50)	26.679.030,50	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,041368166	27/03/2024	01/04/2024	21/08/2024 (P)	(22.779.011,17)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,039533811	17/06/2024	24/06/2024	29/01/2025 (P)	(21.641.858,23)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,033597221	26/09/2024	01/10/2024	03/04/2025 (P)	(18.392.010,96)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,039185109	17/12/2024	20/12/2024	10/12/2025 (P)	(21.423.454,59)	-	-	-	-
Dividendos intercalares	RCA	0,133326134	07/05/2024	15/05/2024	18/12/2024 (P)	(73.000.000,00)	-	-	-	-
Dividendos intercalares	RCA	0,156145973	06/08/2024	23/08/2024	03/04/2025 (P)	(85.478.453,22)	-	-	-	-
Dividendos intercalares	RCA	0,225672880	05/11/2024	08/11/2024	03/04/2025 (P)	(123.426.853,57)	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto¹	AGO	0,148399134	26/02/2025	11/04/2025	10/12/2025 (P)²	(81.000.000,00)	-	81.000.000,00	-	-
Reserva de investimentos e expansão	AGO	50% (limitado a 80% capital social)	-	-	31/12/2024 (C)	(59.759.937,66)	-	-	-	59.759.937,66
31 de dezembro de 2024						-	127.427.823,23	81.000.000,00	100.000.000,00	231.605.169,99

¹O valor por ação considera saldo de tesouraria de 26/02/2025, e poderá ser alterado em função do programa de recompra de ações em vigor.
²Caso aprovado em AGO, será pago em 10/12/2025.

CÁLCULO DO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO

Lucro líquido do exercício 2024	533.580.609,90
(-) Constituição de reserva legal (5%, limitada a 20% do capital social)	(26.679.030,50)
(=) Lucro do exercício 2024 passível de distribuição	506.901.579,40
(x) %conforme Estatuto Social	50
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	253.450.789,70
Juros sobre o capital próprio ¹	71.600.884,71
Dividendos intercalares	281.905.306,79
Dividendo adicional proposto	81.000.000,00
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	434.506.191,50
Excedente ao dividendo mínimo obrigatório	(181.055.401,80)
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	253.450.789,70

¹Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%.

Em síntese a Administração propõe que o lucro do exercício de R\$533.580.609,90 (quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta mil, seiscentos e nove reais e noventa centavos), após a constituição da reserva legal de R\$26.679.030,50 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trinta reais e cinquenta centavos), seja parcialmente distribuído, no montante líquido deliberado de R\$434.506.191,50 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e seis mil, cento e noventa e um reais e cinquenta centavos), já descontado o imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15% aplicado sobre os juros sobre o capital próprio, e que o saldo de R\$59.759.937,66 (cinquenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) seja destinado à reserva de investimentos e expansão.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo remanescente da reserva de lucros da Companhia (Reserva Estatutária de Investimentos e Expansão e Reserva Estatutária de Capital Regulatório) era de R\$331.605.169,99 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos), composto de (i) R\$271.845.232,33 (duzentos e setenta e um milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos) referentes à retenções de lucros de exercícios anteriores, e (ii) R\$59.759.937,66 (cinquenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) referentes à retenção de lucros do exercício de 2024, os quais foram destinados para a constituição das reservas previstas no Estatuto Social da Companhia, capítulo IV, artigo 28, da seguinte forma: (i) R\$59.759.937,66 (cinquenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos), à reserva de investimento e expansão.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

ODONTOPREV S.A.

Informações adicionais à Proposta da Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2024 e ratificação da distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e a pagar

(Nos termos do Anexo A à Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, alterada pela Resolução CVM 204, de 04 de junho de 2024)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

A Companhia obteve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, lucro líquido de R\$533.580.609,90 (quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta mil, seiscentos e nove reais e noventa centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido					Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,041368166	0,035162942	27/03/2024	01/04/2024	02/04/2024	21/08/2024	22.779.011,17	19.362.159,49
Juros sobre capital próprio	RCA	0,039533811	0,033603739	17/06/2024	24/06/2024	25/06/2024	29/01/2025	21.641.858,23	18.395.579,50
Juros sobre capital próprio	RCA	0,033597221	0,028557637	26/09/2024	01/10/2024	02/10/2024	03/04/2025	18.392.010,96	15.633.209,32
Juros sobre capital próprio	RCA	0,039185109	0,033307343	17/12/2024	20/12/2024	23/12/2024	10/12/2025	21.423.454,59	18.209.936,40
Dividendos intercalares	RCA	0,133326134	0,133326134	07/05/2024	15/05/2024	16/05/2024	18/12/2024	73.000.000,00	73.000.000,00
Dividendos intercalares	RCA	0,156145973	0,156145973	06/08/2024	23/08/2024	26/08/2024	03/04/2025	85.478.453,22	85.478.453,22
Dividendos intercalares	RCA	0,225672880	0,225672880	05/11/2024	08/11/2024	11/11/2024	03/04/2025	123.426.853,57	123.426.853,57
Dividendo adicional proposto ¹	AGO	0,148399134	0,148399134	26/02/2025	11/04/2025	14/04/2025	10/12/2025 ²	81.000.000,00	81.000.000,00
								447.141.641,74	434.506.191,50

¹O valor por ação considera saldo de tesouraria de 26/02/2025, e poderá ser alterado em função do programa de recompra de ações em vigor.

²Caso aprovado em AGO, será pago em 10/12/2025.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O lucro do exercício de R\$533.580.609,90 (quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta mil, seiscentos e nove reais e noventa centavos), foi parcialmente distribuído, no montante líquido (vide item 2) de R\$434.506.191,50 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e seis mil, cento e noventa e um reais e cinquenta centavos), já descontado o imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15% aplicado sobre os juros sobre o capital próprio.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foi utilizado saldo de lucros de exercícios anteriores para a distribuição dos dividendos.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Vide tabela abaixo.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Vide tabela abaixo.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Vide tabela abaixo.

Dividendos complementar ao mínimo obrigatório							
Aprovação	Ação ordinária -	Data				Montante global (R\$)	
	ON (R\$/ação)	Proposta	Detentores	Ex-direito	Pagamento		
Dividendo adicional proposto ¹	AGO	0,148399134	26/02/2025	11/04/2025	14/04/2025	10/12/2025 ²	81.000.000,00

¹O valor por ação considera saldo de tesouraria de 26/02/2025, e poderá ser alterado em função do programa de recompra de ações em vigor.

²Caso aprovado em AGO, será pago em 10/12/2025.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Vide tabela abaixo.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Vide tabela abaixo.

	Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Declarados	Detentores	Ex-direito	Data	Montante global (R\$)	
		Bruto	Líquido				Pagamento	Bruto	Líquido
Juros sobre capital próprio	RCA	0,041368166	0,035162942	27/03/2024	01/04/2024	02/04/2024	21/08/2024	22.779.011,17	19.362.159,49
Juros sobre capital próprio	RCA	0,039533811	0,033603739	17/06/2024	24/06/2024	25/06/2024	29/01/2025	21.641.858,23	18.395.579,50
Juros sobre capital próprio	RCA	0,033597221	0,028557637	26/09/2024	01/10/2024	02/10/2024	03/04/2025	18.392.010,96	15.633.209,32
Juros sobre capital próprio	RCA	0,039185109	0,033307343	17/12/2024	20/12/2024	23/12/2024	10/12/2025	21.423.454,59	18.209.936,40
Dividendos intercalares	RCA	0,133326134	0,133326134	07/05/2024	15/05/2024	16/05/2024	18/12/2024	73.000.000,00	73.000.000,00
Dividendos intercalares	RCA	0,156145973	0,156145973	06/08/2024	23/08/2024	26/08/2024	03/04/2025	85.478.453,22	85.478.453,22
Dividendos intercalares	RCA	0,225672880	0,225672880	05/11/2024	08/11/2024	11/11/2024	03/04/2025	123.426.853,57	123.426.853,57
Dividendo adicional proposto ¹	AGO	0,148399134	0,148399134	26/02/2025	11/04/2025	14/04/2025	10/12/2025 ²	81.000.000,00	81.000.000,00
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2024								447.141.641,74	434.506.191,50

¹O valor por ação considera saldo de tesouraria de 26/02/2025, e poderá ser alterado em função do programa de recompra de ações em vigor.

²Caso aprovado em AGO, será pago em 10/12/2025.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Descrição	Referência	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
		2024	2023	2022	2021
Lucro líquido do exercício (R\$)	A	533.580.609,90	536.554.266,83	452.171.494,48	380.358.614,00
Ações ordinárias total (unidade) ¹	B	552.495.663	552.495.663	568.465.803	531.294.792
Ações em tesouraria (unidade)	C	-	-	15.970.140	14.507.698
Ações ordinárias - média ponderada (unidade)	D	552.495.663	552.495.663	552.920.663	526.687.156
Opções de compras por ações (unidade)	E	-	-	-	651.851
Lucro básico por ação (R\$)	F = A / D	0,965764341	0,971146568	0,817787297	0,722171805
Lucro diluído por ação (R\$)	G = A / (D + E)	0,965764341	0,971146568	0,817787297	0,721279119

¹ O capital total da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido					Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,038441575	0,027130620	14/03/2023	17/03/2023	20/03/2023	19/12/2023	21.238.803,43	18.052.982,92
Juros sobre capital próprio	RCA	0,038209912	0,026932988	26/06/2023	29/06/2023	30/06/2023	19/12/2023	21.110.810,50	17.944.188,93
Juros sobre capital próprio	RCA	0,037183621	0,026933866	19/09/2023	22/09/2023	25/09/2023	19/12/2023	20.543.789,49	17.462.221,07
Juros sobre capital próprio	RCA	0,035438547	0,027279708	13/12/2023	18/12/2023	19/12/2023	16/02/2024	19.579.643,52	16.642.696,99
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	AGO	0,334412013	0,334412013	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	21/08/2024	184.761.186,84	184.761.186,84
								267.234.233,78	254.863.276,75

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido					Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031918376	0,027130620	21/03/2022	24/03/2022	25/03/2022	06/07/2022	16.358.796,35	13.904.976,90
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031685869	0,026932988	20/06/2022	23/06/2022	24/06/2022	21/12/2022	17.632.604,82	14.987.714,10
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031686901	0,026933866	15/09/2022	20/09/2022	21/09/2022	27/12/2022	17.533.809,47	14.903.738,05
Juros sobre capital próprio	RCA	0,032093774	0,027279708	12/12/2022	15/12/2022	16/12/2022	27/12/2022	17.731.670,71	15.071.920,10
Dividendos intercalares	RCA	0,107203568	0,107203568	27/04/2022	06/05/2022	09/05/2022	05/10/2022	60.000.000,00	60.000.000,00
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	AGO	0,173599753	0,173599753	01/03/2023	20/04/2023	24/04/2023	12/07/2023	95.913.110,73	95.913.110,73
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2022								225.169.992,08	214.781.459,88

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido					Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,024472511	0,020801634	11/03/2021	16/03/2021	17/03/2021	06/04/2021	12.980.323,72	11.033.275,16
Juros sobre capital próprio	RCA	0,025707338	0,021851237	11/06/2021	16/06/2021	17/06/2021	06/07/2021	13.500.382,08	11.475.324,77
Juros sobre capital próprio	RCA	0,025898858	0,022014029	13/09/2021	22/09/2021	23/09/2021	06/10/2021	13.480.893,09	11.458.759,13
Juros sobre capital próprio	RCA	0,023678950	0,020127107	14/12/2021	17/12/2021	20/12/2021	30/12/2021	12.270.538,21	10.429.957,48
Dividendos intercalares	RCA	0,181665407	0,181665407	28/04/2021	19/05/2021	20/05/2021	06/07/2021	95.753.521,42	95.753.521,42
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	AGO	0,078717626	0,078717626	23/02/2022	04/04/2022	05/04/2022	05/10/2022	40.519.503,69	40.519.503,69
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2021								188.505.162,21	180.670.341,65

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal:

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/1976, torna-se necessária a aplicação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido à constituição da reserva legal, até que seu valor atinja 20% do capital social, o valor da constituição foi de R\$26.679.030,50 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trinta reais e cinquenta centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

CÁLCULO RESERVA LEGAL	
Lucro líquido do exercício 2024	533.580.609,90
(%) Constituição	5,00
(=) Reserva legal	26.679.030,50

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Odontoprev não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

CÁLCULO DO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	
Lucro líquido do exercício 2024	533.580.609,90
(-) Constituição de reserva legal (5%, limitada a 20% do capital social)	(26.679.030,50)
(=) Lucro do exercício 2024 passível de distribuição	506.901.579,40
(x) %conforme Estatuto Social	50
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	253.450.789,70
Juros sobre o capital próprio ¹	71.600.884,71
Dividendos intercalares	281.905.306,79
Dividendo adicional proposto	81.000.000,00
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	434.506.191,50
Excedente ao dividendo mínimo obrigatório	(181.055.401,80)
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	253.450.789,70

¹Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

Apurado conforme item 10.a. e será pago integralmente.

- c. Informar o montante eventualmente retido:

A Odontoprev não efetuou qualquer retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

A Odontoprev não efetuou qualquer retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:
- b. Identificar o montante destinado à reserva:

A Odontoprev não destinou resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A Odontoprev não efetuou retenção com base em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

DECLARAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51, nos termos do artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2025

Diretores:

Elsen Christian de Carvalho Carmo

José Roberto Borges Pacheco

André Chidichimo de França

Rose Gabay

Renato Alves Costa

Marcos Pimentel de Viveiros



ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

DECLARAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51, nos termos do artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda., referentes às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2025

Diretores:

Elsen Christian de Carvalho Carmo

José Roberto Borges Pacheco

André Chidichimo de França

Rose Gabay

Renato Alves Costa

Marcos Pimentel de Viveiros



 odontoprev	Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário		Data de Emissão 25/02/2025
Elaborado por: Comitê de Auditoria Estatutário	Apresentado ao: Conselho de Administração em 25/02/2025		1ª versão

**Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração
da Odontoprev S.A.**

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE" ou "Comitê") da **Odontoprev S.A.** ("Companhia") foi instituído na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de abril de 2018, nos termos da Instrução CVM 308/99, revogada pela Resolução CVM 23/21, atualmente vigente. O CAE é um órgão independente de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, de caráter consultivo e permanente, e funciona em conformidade com estatuto social da Companhia, bem como com o seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Nos termos do Regimento Interno do CAE, compete ao Comitê, dentre outras matérias: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente e dos responsáveis pelas funções de auditoria interna, controles internos e *compliance*; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações contábeis intermediárias e demonstrações contábeis anuais; (iii) acompanhar as atividades das áreas de auditoria interna, controles internos e *compliance* da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições a riscos da Companhia; (v) avaliar, monitorar e recomendar à Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas, incluindo as políticas de transações com partes relacionadas e gestão de riscos; (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (vii) supervisionar os serviços de auditoria independente, de forma a avaliar sua efetividade e independência. Deve, ainda, avaliar e discutir o plano anual de trabalho da empresa de auditoria independente e encaminhá-lo para a apreciação do Conselho de Administração; e (viii) analisar as propostas de serviços extra-auditoria da empresa responsável pela de auditoria independente da Companhia, proibindo aqueles que possam comprometer a independência daqueles auditores. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o CAE desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Administração da Companhia e seus principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das informações trimestrais e demonstrações contábeis

 odontoprev	Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário		Data de Emissão 25/02/2025
Elaborado por: Comitê de Auditoria Estatutário	Apresentado ao: Conselho de Administração em 25/02/2025		1ª versão

intermediárias e anuais, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna; (iv) avaliação do planejamento, escopo, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos, de gerenciamento de riscos e de conformidade com dispositivos legais e normativos; e (vi) avaliação da qualidade e integridade das informações trimestrais e das demonstrações contábeis.

A responsabilidade pela elaboração das informações trimestrais e das demonstrações contábeis intermediárias e anuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das informações trimestrais e demonstrações contábeis, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controles internos e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as informações trimestrais e as demonstrações contábeis intermediárias e anuais, e emitir relatórios sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

O escopo da Auditoria Interna engloba, mas não se limita, ao exame e à avaliação da adequação e da eficácia do gerenciamento de riscos, dos controles internos e dos procedimentos de asseguarção de conformidade da Companhia.

O CAE atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da Auditoria Interna, das áreas de controles internos e de *compliance*, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O CAE estabeleceu com os auditores independentes e com a Auditoria Interna um canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O CAE também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

 odontoprev	Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário		Data de Emissão 25/02/2025
Elaborado por: Comitê de Auditoria Estatutário	Apresentado ao: Conselho de Administração em 25/02/2025		1ª versão

O CAE avaliou os processos de elaboração das informações trimestrais e demonstrações contábeis e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O CAE manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros diretores e gestores da Companhia, e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no escopo de sua atuação.

O CAE não tomou ciência, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausências de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da operação ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis.

O CAE atua por meio de reuniões ordinárias realizadas mensalmente e, sempre que necessário, em reuniões extraordinárias, com representantes designados pela Administração e com os auditores independentes. Para tratar de assuntos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o CAE se reuniu nas seguintes datas: 26 de janeiro de 2024, 20 de fevereiro de 2024, 19 de março de 2024, 16 de abril de 2024, 14 de maio de 2024, 18 de junho de 2024, 16 de julho de 2024, 20 de agosto de 2024, 17 de setembro de 2024, 15 de outubro de 2024, 19 de novembro de 2024 e 11 de dezembro de 2024.

Nas reuniões mencionadas acima, o CAE apreciou, dentre outros, os seguintes assuntos importantes: (i) situação econômico-financeira da Companhia (ANS RN 518/22); (ii) IFRS e provisões técnicas; (iii) ofícios emitidos pela ANS, incluindo as recomendações elencadas pelo órgão; (iv) aderência às normas dos reguladores; (v) evolução PEONA e IBNP; (vi) LE – Planos de Alta Renda; (vii) contingências judiciais e processos administrativos; (viii) Partes Relacionadas; (ix) Conciliações Contábeis; (x) Gestão Tributária e Reforma Tributária; (xi) Gestão Comercial – Planos Empresarial, PME e Individual; (xii) acompanhamento do Novo ERP (Projeto Everest) e demais projetos de TI; (xiii) Canal de Denúncias; (xiv) Programa de Compliance; (xv) operação Odontoprev México; (xvi) Auditoria Independente – supervisão dos serviços prestados, avaliando sua efetividade e independência; (xvii) Auditoria Interna – acompanhamento do plano anual de trabalho e dos resultados alcançados nas auditorias; (xviii) Segurança da Informação e Privacidade de Dados; (xix) Segurança Cibernética; (xxi) Gestão de Riscos e Matriz de Riscos; (xxii) Procedimentos para Resposta a Emergências (PRE);

 odontoprev	Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário		Data de Emissão 25/02/2025
Elaborado por: Comitê de Auditoria Estatutário	Apresentado ao: Conselho de Administração em 25/02/2025		1ª versão

(xxiii) Plano de Continuidade dos Negócios (PCN); (xxiv) Plano de Resposta a Incidentes de Segurança e Privacidade de Dados (PRI); (xxv) Procedimento de Recuperação de Desastres (PRD); (xxvi) Iniciativas de Combate à fraude; (xxvii) Revisão da Política de Combate a Corrupção.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram analisadas na reunião de 28 de janeiro de 2025. Já as informações trimestrais relativas aos 1º, 2º e 3º trimestres de 2024 foram avaliadas em reuniões realizadas em maio, agosto e outubro de 2024.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o CAE é de opinião que as demonstrações contábeis da **Odontoprev S.A.**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Barueri/SP, 25 de fevereiro de 2025.

César Suaki dos Santos

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Leonardo de Assis Portugal

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Marcelo Santos Dall’Occo

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria da Odontoprev S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como da proposta de destinação do resultado do exercício, e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2025

Membros:

César Suaki dos Santos

Leonardo de Assis Portugal

Marcelo Santos Dall'Occo

